

Ana Gisela Ferreira da Silva

As dimensões Expressão Emocional, Comunicação e Disciplina na Parentalidade Adoptiva: Um estudo exploratório

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia

2009

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

AS DIMENSÕES EXPRESSÃO EMOCIONAL, COMUNICAÇÃO E DISCIPLINA NA PARENTALIDADE ADOPTIVA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Psicologia na área de especialização de Intervenção Psicológica, Educação e Desenvolvimento Humano.

Sob orientação da Professora Doutora Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne.

ANA GISELA FERREIRA DA SILVA

2009

Resumo

As relações familiares são as relações mais precoces e as mais duradouras que o ser humano vivencia, sendo os pais os principais agentes no desenvolvimento dos seus filhos. Com base neste pressuposto, a presente investigação tem como objectivo principal o estudo das características das ideias e comportamentos parentais dos pais adoptivos nas dimensões expressão emocional, comunicacional e disciplina.

As ideias e comportamentos parentais foram investigados a partir de uma amostra de 67 pais adoptivos, junto dos quais foi aplicada a *Entrevista sobre o Processo de Adopção (EPA Portuguesa)* adaptada de Palacios, Sanchez-Espinosa & Sanchez-Sandoval (1996) e o *Questionário sobre Ideias e Comportamentos Parentais* (Q4P) adaptado de Palacios (1995).

Os resultados foram explorados tendo em vista três dimensões da parentalidade: a expressão emocional, a comunicação e a disciplina. Na dimensão expressão emocional verifica-se que todas as famílias mantêm uma boa relação afectiva com os seus filhos, proporcionando um ambiente familiar seguro. Os níveis de comunicação são igualmente elevados, permitindo aos pais lidarem de forma positiva com as questões que naturalmente surgem no seio da família adoptiva. No que concerne às questões de disciplina, verifica-se um recurso moderado a técnicas activas de controlo de comportamento.

A presente investigação sugere que os pais adoptivos detêm ideias e práticas educativas adequadas e que o ambiente que se vive nestas famílias é um ambiente pautado pela expressão de afectos, por uma comunicação positiva e por um grau de disciplina moderado, indicadores que a literatura tem associado a um desenvolvimento harmonioso dos filhos.

Os participantes não reconhecendo diferenças entre a parentalidade adoptiva e biológica, referem uma vivência parental plena e satisfatória. Contudo, uma análise de clusters permitiu apenas distinguir dois grupos de famílias: as famílias cujos pais consideram fácil a parentalidade adoptiva e as famílias cujos pais consideram difícil a parentalidade adoptiva, as quais apesar de revelarem diferenças entre si, não deixam de ser famílias realizadas com a sua parentalidade.

Abstract

Family relationships are the earliest relationships and the most lasting ones that the human being experiences. Parents are the main agents of their children´s development. Based on this assumption, the current investigation aims to study the characteristics of parental ideas and behaviours in the case of adoptive parents, in which regards the following aspects: emotional-relational, communicational and discipline.

Such parental ideas and behaviors were investigated in a sample of 67 adoptive parents that participated in the *Adoption Process´Interview* (EPA), adapted from Palacios, Sanchez-Espinosa & Sanchez-Sandoval (1996) and the *Parental Ideas and Behaviors Questionnaire* (Q4P) also adapted from Palacios (1995).

The results were explored in terms of three dimensions of parenthood: the expression of affect, the communication and the discipline. At the level of affect expression it was observed that all families maintained a good emotional relationship with their offsprings, offering them a secure family environment. Therefore, the communication levels are also high, allowing the parents to cope more positively with the problems that naturally arised in the adoptive families. In what concerns the discipline behaviors, it was shown that these parents moderately employ active strategies of behavioral control.

This investigation suggests that adoptive parents have educational ideas and practices that are adequate and that the environment in which these families live is characterized by the expression of emotions, by positive communication patterns, as well as a moderate degree of disciplining practices, which are good indicators for a harmonious children rearing and development.

The participants seem to not make the difference between the adoptive and biological parenthood, they simply refer to a complete and satisfying parental existence. Nevertheless, a cluster analysis allowed the distinction of two groups of families: the families whose parents find it easy to be adoptive and families whose parents find it difficult to be adoptive. The two groups of parents reveal discrepancies between each-other; however they still feel acomplished with their parenting role.

Résumé

Les relations familiales sont les relations les plus précoces et les plus durables vécues par l'être humain, les parents étant les principaux agents du développement de leurs enfants. Sur la base de cette présupposition, la présente investigation a pour objectif principal l'étude des idées et des comportements parentaux des parents adoptifs dans les dimensions de l'expression émotionnelle, communicationnelle et discipline.

Ont participé à cette étude 67 parents auprès desquels a été conduite l'*Entrevue sur le Processus d'Adoption (EPA portugaise)* adaptée de Palacios, Sanchez-Espinosa & Sanchez-Sandoval (1966). À la suite de l'entrevue, il fut demandé aux parents de répondre au *Questionnaire sur les idées et comportements Parentaux* (Q4P), également adapté par Palacios (1995).

Les résultats ont été analysés en considération de trois dimensions de la parentalité : l'expression émotionnelle, la communication et la discipline. Concernant la dimension émotionnelle, on vérifie que toutes les familles entretiennent une bonne relation affective avec leurs enfants, entraînant un environnement familial sûr. Concernant les niveaux de communication, ceux-ci sont également élevés, permettant aux parents de gérer de manière positive les questions qui surgissent naturellement au sein de la famille adoptive. En ce qui concerne les questions de discipline, les parents participants ont un recours modéré à des stratégies actives de contrôle du comportement de leurs enfants.

La présente recherche suggère que les parents adoptifs ont des idées et des pratiques éducatives adéquates et que l'environnement qui est vécu par ces familles est un environnement réglé par l'expression d'affections, par une communication positive et par un degré de discipline modéré, indications que la littérature associe à un développement harmonieux de l'enfant.

Les participants semblent ne par reconnaître de différence entre la parentalité adoptive et biologique, se référant à un vécu de parentalité entière et satisfaisante. Cependant, une analyse de clusters a permis de distinguer deux groupes de familles : celles dont les parents considèrent que la parentalité adoptive est facile et celles dont les parents la considèrent difficile. Ces deux groupes de familles bien que révélant des différences entre elles, sont également des familles réalisées dans leur parentalité.

À minha avó, por tudo o que foi para mim.

Agradecimentos

Agradeço a toda a minha família em especial à minha Mãe e ao Miguel, por nunca me deixarem abater perante as dificuldades e por me fazerem acreditar sempre que era capaz.

À Professora Maria Adelina Barbosa Ducharne, pela sua disponibilidade, carinho, rigor e apoio na realização deste estudo.

Agradeço a toda a equipa do Serviço de Adopções do Instituto da Segurança Social, I.P. do Centro Distrital do Porto, em especial à Dr.ª Anisabel Costa, pela disponibilidade e apoio incondicional.

Agradeço a todas as famílias que se prontificaram a participar no estudo, apesar de implicar a partilha de histórias tão pessoais.

Agradeço ao Professor Jesus Palacios, pela autorização da utilização dos seus instrumentos.

Agradeço a todas as minhas colegas da investigação, com as quais percorri um caminho longo e nem sempre fácil.

Agradeço a todos os meus amigos, à Cátia e à Mariana por me apoiarem nas minhas pequenas conquistas e em especial à Maria João e Vera, pelo carinho e amizade de sempre.

Lista de Abreviaturas

ECAA – Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adopção

EPA – Entrevista sobre o Processo de adopção

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

QICP – Questionário sobre Ideias e Comportamentos Parentais

QPA – Questionário para Pais Adoptivos

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

Índice

Introdução 1

I. Contextualização Bibliográfica da Investigação 3

1. A Família e a Parentalidade 4

2. A Parentalidade Adoptiva 5

3. A relação pais – filhos em famílias adoptivas: Comunicação, Afecto e Disciplina 10

4. As Especificidades das crianças adoptadas 17

II. Metodologia 20

1. Objectivos e Questões de investigação 21

2. Método 22

2.1 Participantes 22

2.2 Instrumentos 22

2.3 Procedimento de Recolha de Dados 23

2.4 Procedimentos de Análise de Dados 24

III. Resultados 25

1. Estudo do Questionário de ideias e comportamentos parentais. (QICP) 26

2. Dimensões da Parentalidade 27

3. Variáveis da Criança e dos Pais que têm impacto nas dimensões educativas 30

4. Ideias relativas à parentalidade adoptiva quando comparada com a biológica 32

5. Heterogeneidade no seio das famílias adoptivas 34

IV. Discussão de Resultados 37

V. Conclusões 46

Referências Bibliográficas 50

Anexos 55

Índice de Quadros

Quadro 3. Medidas descritivas das dimensões educativas da parentalidade (N=76) 28

Quadro 4. Correlações entre as Dimensões da Parentalidade (N=64) 29

Quadro 5. Matriz de correlação da associação entre as variáveis dependentes nas dimensões Comunicação, Disciplina/Exigência e Expressão Emocional (N=67). 30

Quadro 6. Estatísticas descritivas e significância estatística do Teste T para amostras independentes dos dois grupos de pais adoptivos. 36

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Concepções acerca da parentalidade adoptiva 32

Gráfico 2. Concepções educativas acerca da parentalidade adoptiva comparada com a biológica 33

Introdução

A família é, indubitavelmente, o contexto de socialização primário, sendo os pais as principais figuras de referência da criança, desempenhando um papel fundamental nas suas trajectórias de desenvolvimento. Desta forma, torna-se indispensável estudar os comportamentos parentais bem como as ideias que orientam a sua acção, dado que se convertem em poderosos determinantes do desenvolvimento dos filhos.

Uma grande variedade de factores contribui para as possíveis diferenças entre a vida familiar das famílias adoptivas e biológicas. Em primeiro lugar está a maneira como uma família adoptiva é formada. Intrínsecas à formação da família adoptiva, estão a consciência e a escolha deliberada destes pais de ter um filho. Enquanto a qualidade de intenção em formar e desenvolver uma família é uma característica desejável nos pais biológicos, no caso dos pais adoptivos é um componente indispensável na formação da sua família. Por definição, as crianças adoptadas não entram para a família como "acidentes". A adopção é sempre, antes de mais, um processo que envolve intenção e decisão. E é a partir desta decisão que se constituem as famílias adoptivas, "um grupo de gente unida por fortes laços de carinho (…)" (Palacios, Sánchez-Sandoval & Léon, 2004, p. 17). Outras das diferenças existentes entre estas famílias assenta no facto de estas terem de lidar com as exigências características de um processo de adopção. Enquanto o início da parentalidade biológica tem um tempo definido - o tempo da gestação - a parentalidade adoptiva reveste-se de uma incerteza que vai intensificando o desejo da parentalidade, fazendo com que esta seja vivida de uma forma tão particular e intensa. Todos estes factores, acrescentados à necessidade de responder às características específicas das crianças que estão disponíveis para serem adoptadas, assim como a revelação e a comunicação sobre a adopção, vão influenciar a parentalidade adoptiva.

Não obstante, apesar das suas particularidades, a família adoptiva não deixa de ser semelhante às outras famílias, ditas "tradicionais". Por isso Palacios (1998, p.32) afirma que estas são "famílias simultaneamente diferentes e semelhantes às demais", sendo que "o que se espera dos pais adoptivos é o mesmo que se espera dos outros pais: carinho pelos seus filhos, dedicação para com eles, preocupação pelas suas coisas, cuidados e atenções" (Palacios et al., 2004, p. 19). Os pais adoptivos, tal como refere Cruz (2005) acerca dos pais biológicos, têm "(…) que actuar junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõem dentro da família e, fora dela, na comunidade.

Sendo assim, importa então conhecer as características e particularidades das ideias e comportamentos praticados pelos pais adoptivos, uma vez que " a forma como os pais exercem a sua influência pode variar muito" (Dekovic, 1992, p.23). Será importante

sublinhar que apesar disto, os pais não são os únicos agentes de desenvolvimento presentes na vida da criança.

Assim, neste âmbito, o trabalho de investigação aqui proposto estudará a dimensão expressão emocional presente na relação pais-filhos, a par das dimensões da disciplina e da comunicação, que são assumidos como bons indicadores na caracterização da parentalidade, permitindo ilustrar o ambiente relacional vivenciado nas famílias adoptivas participantes. Pretende-se igualmente caracterizar a visão que estes pais apresentam da sua parentalidade, quando comparada com a biológica e estudar ainda factores que possam influenciar certas crenças encontradas neste grupo de pais. Por outro lado, este trabalho de investigação ambiciona contribuir para o conhecimento das práticas levadas a cabo pelos pais adoptivos, partindo da visão que estes têm da sua experiência. Pretende-se desta forma beneficiar as famílias adoptivas ou famílias que pretendem vir a sê-lo, assim como o corpo de profissionais que trabalham nesta área. Com a escassa investigação existente em Portugal, sobre parentalidade adoptiva, a análise desta dinâmica familiar permitirá alargar o conhecimento nesta temática. Não obstante, existem já alguns estudos que retratam a realidade da adopção e da parentalidade adoptiva no contexto português (Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004; Cardoso, 2008).

No capítulo 1 o estudo é situado em termos teóricos, apresentando a diversidade de visões existentes acerca da parentalidade adoptiva e caracterizando as particularidades desta. O capítulo 2 é dedicado à descrição detalhada do método utilizado na presente investigação, incluindo a caracterização dos participantes, a apresentação dos instrumentos utilizados para a recolha dos dados. No capítulo 3 são apresentados os dados obtidos tendo em vista as questões de investigação formuladas. O capítulo 4 é dedicado à discussão dos resultados. São salientados os aspectos considerados mais relevantes, tendo em conta os objectivos da investigação e os resultados de estudos anteriores.

Por fim, no capítulo 5 são referidas as conclusões retiradas deste estudo e as suas implicações para a prática e investigações futuras. De ressalvar ainda que este projecto de investigação se encontra inserido num projecto mais lato, intitulado “O processo de adopção: perspectiva de pais e filhos” levada a cabo por quatro investigadoras da FPCEUP, no âmbito das respectivas teses de Mestrado integrado em Psicologia. Assim, os quatro estudos partilham uma amostra comum de famílias adoptivas.

Capítulo I

Contextualização Bibliográfica da Investigação

1. A Família e a Parentalidade

Afirmar que a família constitui um pilar básico na estrutura da nossa sociedade é consensualmente aceite nos mais diversos quadrantes científicos (Cruz, 2005). Existem, actualmente, inúmeras definições de família, no entanto o mais importante será olhar para a família como um todo, como uma emergência dos seus membros, o que a torna una e única (Alarcão, 2006). Sampaio e Gameiro (1985), definem-na como "um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados". Idealmente, o ambiente familiar é a maior fonte de segurança, protecção, afecto, bem-estar e apoio para a criança. Nele a criança exercita papéis e experimenta situações, sentimentos e actividades. Dentro dele, a criança desenvolve o sentido de permanência e o de estabilidade. O sentido de permanência está relacionado com a percepção de que os elementos centrais da experiência de vida são estáveis e se mantêm organizados, através de rotinas e rituais familiares. O sentido de estabilidade é fornecido através do sentimento de segurança dos pais aos filhos, de que não haverá rupturas ou rompimentos, mesmo diante de situações de stress (Koller, 1999). A garantia de permanência e estabilidade faz a família funcionar como um sistema integrado, cujo objectivo principal é o de promover o bem-estar de seus membros. E nas famílias adoptivas estes sentimentos de permanência e estabilidade tornam-se claramente indispensáveis para o desenvolvimento harmonioso destas crianças que já sofreram perdas significativas.

Em termos práticos, o desempenho das funções parentais exige a possibilidade e a disponibilidade, para diariamente dedicar um período de tempo importante ao contacto com o filho, a nível da prestação de cuidados, na vigilância material, na sintonia com o que se passa no mundo interno da criança para lhe responder com as iniciativas adequadas, no interesse em programar a própria vida de modo a incluir nela o filho e o respeito pelas exigências do seu desenvolvimento. Embora seja um pesado encargo, o desempenho destas tarefas deve poder proporcionar a cada um dos pais um prazer autêntico, que os leva a sentir o desejo da proximidade com o filho e a ter saudades quando estão separados dele mais tempo do que é habitual (Diniz, 1993). Segundo Minuchin cit in Sampaio e Gameiro (1985) " o subsistema parental tem como funções básicas o apoio ao crescimento e desenvolvimento das crianças com vista à sua socialização e autonomia/ individualização, o que implica que possua a capacidade tripla de nutrir, guiar e controlar." E esta definição conduz-nos ao conceito de parentalidade, que sendo extremamente amplo se pode definir como "o conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena

possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade" (Cruz, 2005, p.13).

A parentalidade tem sido analisada em função das características das crianças, das características dos pais e de factores contextuais extra-familiares, sendo atribuída uma grande ênfase à relação entre as variáveis parentais e os resultados desenvolvimentais observados nas crianças. Esta análise suscita a necessidade de se determinar três componentes da parentalidade, intrinsecamente relacionadas: os comportamentos, as cognições e as emoções (Cruz, 2005). Os estilos educativos e as práticas educativas parentais influenciam directamente a personalidade e desenvolvimento da criança, sendo numerosos os estudos acerca desta questão (Baumrind, 1967, 1971, 1973, 1991; Darling & Steinberg, 1993; Cruz, 2005).

Foi o trabalho de Baumrind (1967) que impulsionou o estudo dos estilos parentais, ao integrar tanto os aspectos comportamentais quanto os afectivos envolvidos na criação dos filhos. Baumrind enfatizou a autoridade que os pais exercem sobre os filhos, vendo neste controlo a expressão de crenças e valores parentais. No entanto a dimensão cognitiva não era ainda estudada, pelo que posteriormente surge a necessidade de se estudar o "porquê" da relação entra as acções dos pais e os resultados observados nos filhos (Baumrind, 1991; Darling & Steinberg, 1993). Aumenta, desta forma, a atenção atribuída até então aos processos cognitivos parentais – as ideias, os valores, os pensamentos, os conhecimentos, etc. Numa situação de interacção entre duas pessoas, para além dos comportamentos directamente observáveis e dos aspectos cognitivos inerentes a cada uma, existem também os aspectos emocionais suscitados pela situação.

A relação pais-filhos é um dos contextos afectivos mais ricos ao longo do processo de socialização da criança (Cruz, 2005). Desta forma, esta abordagem dos processos afectivos parentais surge decorrente das precedentes, dado que na parentalidade, as emoções estão intrinsecamente ligadas às acções e às cognições (Cruz, 2005; Weber, Prado, Viezzer & Brandenburg, 2004). Convém no entanto sublinhar que as ideias e os comportamentos dos pais adoptivos constituem o objecto desta investigação e que serão analisados segundo as dimensões que definem a parentalidade

2. A Parentalidade Adoptiva

A adopção é na maior parte dos casos, um caminho pautado pela tensão e pelas dificuldades. Antes de mais, a maioria dos que se tornam pais adoptivos passaram previamente pela experiência da infertilidade e de sucessivos tratamentos médicos infrutíferos. A seguir a esta constatação da impossibilidade de alcançar a filiação biológica, surge a decisão de adoptar e a concretização desse desejo ao nível das características da

criança pretendida (raça, idade, etc.). De uma maneira geral, os candidatos idealizam um bebé da mesma raça que a sua, sem problemas de saúde graves ou deficiências. Tal significa que, os candidatos a pais pretendem essencialmente uma criança que tenha as características que desejariam encontrar no filho biológico que não tiveram (Sá, 1994). Posteriormente necessitam de passar pelo processo de selecção nos Serviços de Adopção e quando este processo finda, segue-se o período de espera, que pode ir de meses a vários anos, terminando com a proposta de uma criança cujas características podem coincidir ou não com as expectativas criadas pelos futuros pais.

Desta forma, a parentalidade adoptiva é geralmente vista como problemática. Foi Kirk (1964) cit in Gordon (1997), quem abordou em primeiro lugar os problemas de ajuste familiar às exigências particulares da adopção. De acordo com o modelo defendido pelo autor, existem duas atitudes possíveis perante estas exigências: a negação das diferenças ou a aceitação das diferenças. O primeiro modelo relaciona-se com a intenção de família de se assemelhar a qualquer família biológica: o que têm a fazer é esquecer o mais rápido possível que a sua família está numa situação especial. Sendo assim, estes pais actuam e relacionam-se com o seu filho adoptado tal como outro pai se relaciona com o seu filho. Por outro lado, o modelo de aceitação das diferenças, acontece em famílias que reconhecem que a parentalidade adoptiva implica uma série de exigências que não acontecem nas famílias biológicas.

De acordo com Kirk (1964) cit in Gordon (1997), existe uma relação linear entre o modelo que cada família segue e o grau de adaptação da família e da criança, estando o modelo da negação das diferenças associado a problemas de identidade na criança, problemas de comunicação e integração. Por sua vez, o modelo de aceitação das diferenças propicia um clima de comunicação e exploração de sentimentos, que se traduz numa identidade mais clara para o adoptado e um sentimento mais forte de pertença.

Posteriormente, Brodzinhsy (1990) concluiu que, nem sempre o modelo da negação das diferenças é negativo, assim como o modelo da aceitação das diferenças não é sempre a melhor das estratégias. Com referiram Fuertes e Amorós (1996), não se pode determinar qual o modelo mais adequado, pois um deles pode ser mais funcional que o outro num determinado momento ou em determinada circunstância. Sendo assim, o modelo de negação das diferenças pode ser uma boa estratégia nos primeiros anos de vida da criança, quando o objectivo é estabelecer uma relação de vinculação segura entre a crianças e os pais adoptivos. No entanto, nos anos posteriores será adequado adoptar um modelo de aceitação das diferenças, que permita uma comunicação aberta sobre a condição de adoptado e uma mútua exploração de sentimentos acerca das implicações que esse estatuto traz.

É largamente reconhecido que a chegada do primeiro filho representa grandes mudanças no estilo de vida, quer sejam ao nível pessoal, marital, familiar ou social (Berman & Pedersen, 1987). No entanto as circunstâncias que revestem a transição para uma parentalidade adoptiva, diferem significativamente da parentalidade biológica. Os pais adoptivos são confrontados com desafios particulares, stress e conflitos que influenciam as tarefas desenvolvimentais universais e as outras problemáticas sentidas pelos outros adultos na transição para a parentalidade (Brodzinsky, 1990). E parte deste problema assenta no facto de esta transição para a parentalidade adoptiva ser abrupta, sem um envolvimento gradual do papel parental, pelo que os pais adoptivos podem sentir mais dificuldades em lidar com os sentimentos parentais, quando comparados com os pais biológicos (Schechter, 1970). A acrescentar a esta condição, está o facto do estatuto parental dos pais adoptivos não se tornar totalmente seguro com a chegada da criança. Eles sabem que há uma hipótese por mais ínfima que seja, que a criança não fique com eles após o período de pré-adopção, e este conhecimento pode impedi-los de darem "tudo de si" à criança (Idem).

Como referido previamente, existem numerosos estudos que defendem que, os casais que pretendem adoptar uma criança, estão mais sujeitos a factores de stress que podem afectar negativamente o seu desempenho enquanto pais. Brodzinsky, Lang & Smith (1995) sugerem que estes podem ter uma baixa auto-estima, serem ansiosos e terem problemas conjugais como consequência da sua incapacidade em conceber uma criança. Toussieng, (1962 cit in Gordon 1997), foi mais longe, sugerindo que estes pais podem projectar a sua raiva por serem inférteis na criança adoptada. Palacios e Sanchez-Sandoval (2006) verificaram contudo que as famílias adoptivas do seu estudo não experimentavam níveis de stress significativamente mais elevados que as famílias não-adoptivas, uma vez ultrapassada a fase de transição à parentalidade e sobretudo quando se tratava de adopções simples, ou seja de crianças pequenas sem problemas de maior ou história prévia de grande adversidade. Verificaram ainda que um estilo educativo responsivo às necessidades da criança se associava a níveis mais baixos de stress. Hoopes (1982) refere que devido ao intenso desejo em serem pais, acrescentado ao tempo de espera da criança, os pais adoptivos podem ter tendência a ser demasiado permissivos.

Hartman e Laird (1990) defendem, por outro lado, que na tentativa de demonstrarem que são bons pais (aos técnicos da segurança social, ao serviço de adopções e aos pais biológicos), estes tendem a ser autoritários. Outros autores corroboram este estilo autoritário dos pais adoptivos, ao afirmar que até um certo ponto, os pais adoptivos podem conjecturar que o seu filho não lhes pertence realmente, fazendo-os sentir que a sua relação enquanto pais da criança está em constante em jogo (Kent & Richie, 1976). Desta forma, um comportamento parental de índole mais intensa, mais autoritária e

repressiva pode ser uma defesa que encobre a ansiedade e insegurança. Toussieng, (1962 cit in Gordon 1997), referiu que os membros que constituem a família adoptiva apresentam uma certa ansiedade relativa à vinculação existente entre eles, na medida em que não existem laços biológicos entre os pais e a criança.

Por sua vez, Berman e Bufferd, (1986 cit in Gordon 1997), sugerem que, os pais adoptivos de uma forma geral, podem sentir a necessidade de ser pais perfeitos, dado as fortes convicções que estes demonstram no alcance da parentalidade. Estas fortes convicções podem ser um factor facilitador no curso incerto e doloroso da parentalidade adoptiva, indicando simultaneamente uma forte motivação para a parentalidade (Gordon, 1988). Nesta lógica de pensamento, estas qualidades de perseverança, assim como o desejo de sucesso e perfeição que os pais adoptivos possuem, podem ser projectados na criança sob forma de pressão e padrões altos de realização (seja na vertente académica ou outras). Segundo Brodzinksy e Pinderhughes (2002) os pais adoptivos tendem a utilizar mais frequentemente os serviços de saúde mental. Esta situação pode ser explicada a partir dos níveis de escolaridade e da segurança financeira, assim como o facto de estes pais terem usufruído de uma certa familiaridade com estes técnicos durante o período de pré-adopção. Da mesma forma, estes pais transportam consigo um estigma, ao qual associam a adoçpção ao aumento de problemas nas crianças (Rugental & Happaney cit in Brodzinksy e Pinderhughes (2002). Devido ao facto de os seus filhos serem adoptados, estes pais demonstram uma tendência em identificar problemas e a utilizar os serviços de saúde mental ao primeiro sinal de um comportamento inusual, ou seja, podem ser mais reactivos aos problemas dos seus filhos (idem).

Ainda de acordo com Berman e Bufferd, 1986 cit in Gordon 1997, uma vez que os pais adoptivos percorreram um caminho doloroso até à concretização de terem um filho, estes podem sentir que, quando finalmente foram capazes de adoptar, não têm o direito de se queixarem acerca das coisas usuais que de uma forma universal todos os pais consideram complicado. Devido a estes sentimentos e pressões, é natural que os pais adoptivos desenvolvam um intenso e de alguma forma ansioso, estilo de parentalidade.

Como se pode depreender, classicamente foram assumidas três concepções divergentes acerca da forma como os pais adoptivos lidam com a sua parentalidade. Por um lado, existe uma corrente de cariz psicodinâmico, que defende que os pais adoptivos vão projectar a sua raiva ou sentimento de incapacidade (por serem inférteis) na criança adoptada. Outra corrente defende que estes, devido ao seu trajecto doloroso de espera pela criança tendem a ser permissivos, pois quando esta chega sentem que é uma bênção tê-la e não se sentem no direito de a castigar ou contrariar. E por fim, existem autores que são da opinião que os pais adoptivos demonstram tendência a assumirem um estilo parental autoritário para provarem às outras pessoas (familiares ou ao próprio serviço de adopções)

a sua competência enquanto pais. De uma forma geral, as investigações existentes acerca da parentalidade adoptiva parecem seguir uma tendência positiva, na medida em que as mais recentes apresentam resultados mais optimistas, como é o caso de Palacios (1998), Palacios e Sanchez (1996) e Golombock (2000).

Os pais adoptivos também se vêm confrontados muitas vezes com o estigma social, ignorância e atitudes negativas. De uma forma geral, estas reacções advêm das pessoas que ainda dão bastante importância à capacidade de fecundar, associada logicamente à "herança do sangue", pelo que a aprovação da família e amigos pode ser mais um acto de piedade ou consolação e menos de suporte face às adversidades que possam surgir (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991). Sendo assim, a ausência de modelos apropriados para as famílias adoptivas podem comprometer o desenvolvimento do casal de adoptantes enquanto pais (Brodzinksy & Huffman, 1988; Kadushin, 1980). Se este suporte não existe por parte dos avós (dos pais dos pais adoptivos) ou da rede de família mais alargada, pode comprometer seriamente a adaptação da criança ao novo ambiente (Winnicott, 1989 cit in Gordon 1997). O suporte é conhecido como sendo um factor determinante na parentalidade adoptiva. Belsky (1984), referindo-se aos pais biológicos, distinguiu este factor em suporte emocional, assistência instrumental e expectativas sociais. Desta forma, a competência parental é determinada por uma multiplicidade de suportes e idealmente, os pais adoptivos deveriam receber o apoio sob todas as suas formas. Nesta perspectiva, os casais adoptantes encaram o período de transição para a parentalidade com algo mais stressante quando comparados com pais naturais (Kirk, 1964 cit in Gordon, 1997, Palacios, 1998; Schechter, 1970).

Uma visão diferente desta, é defendida por Golombock (2000) que afirma que a chegada da criança adoptada marca o fim de um longo período de stress e ansiedade. Desta forma, não é surpreendente que, em vez de lidarem com as dificuldades inerentes ao início da parentalidade, os pais adoptivos lidem bem com a transição para a nova vida familiar. De facto, um estudo que comparou casais à espera de um filho biológico com casais que estão à espera de adoptar uma criança, demonstrou que as mulheres grávidas demonstravam mais predisposição para entrarem num estado depressivo do que as futuras mães adoptivas. Ainda no mesmo estudo, verificaram que quatro meses após a chegada da criança, os pais adoptivos estavam a ultrapassar melhor as exigências físicas da parentalidade e encontravam-se mais satisfeitos com a vida familiar (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991).

Num estudo realizado com pais biológicos e adoptivos, Hoopes (1982) concluiu que os pais biológicos eram menos afectivos com os seus filhos e tendiam a fomentar a independência das crianças, suprimindo as expressões de afecto, quando comparados com os pais adoptivos. Os pais biológicos também exibiram maiores níveis de irritabilidade com

os filhos. Já as mães biológicas demonstraram uma maior capacidade de sacrifício para com os seus filhos. Ainda no mesmo estudo, Hoopes encontrou maiores níveis de dependência, maior carinho e afecto em relação às crianças, no grupo de pais adoptivos. Relativamente à congruência existente entre as práticas educativas, os pais adoptivos demonstraram menos tendência em admitir que têm alguns desentendimentos no que concerne à educação dos seus filhos.

Para além disto, outros autores encontraram outras características dos pais adoptivos que podem atenuar o impacto do stress relacionado com a adopção: os pais adoptivos são, em média, mais velhos e por esta razão terão mais capacidades para se adaptarem à sua nova vida enquanto pais, demonstrando igualmente uma maior segurança financeira (Kadushin, 1980). E considerando o facto de estes terem um casamento mais longo e de terem passado por um maior número de experiências dolorosas juntos, já conseguiram alcançar provavelmente um maior grau de entendimento mútuo e um relacionamento conjugal mais satisfatório (Humprey & Kirkwood, 1982; Levy-Shiff, Bar & Har-Even, 1990). Desta forma, todos estes factores podem facilitar a transição destes casais para a parentalidade adoptiva. De acordo com Palacios (1998) os pais adoptivos apresentam algumas particularidades que estão a seu favor: foram previamente valorizadas de uma forma positiva por uma equipa de técnicos que têm conhecimento acerca das dificuldades que a adopção acarreta; por sua vez esta valorização positiva foi realizada tendo em conta a situação pessoal, familiar e social dos solicitantes à adopção. Para além disto, os pais adoptivos são geralmente mais velhos quando comparados com os pais biológicos e apresentam mais anos de convivência mútua, pelo que provavelmente serão mais estáveis (p. 357).

Finalmente, refira-se um estudo que avaliava a influência da herança genética nas desordens mentais e sociais concluiu que, em comparação com os seus pais biológicos, que manifestavam uma alta frequência de desajustamento social (criminalidade e abuso de álcool), os adoptados (filhos destes pais biológicos) apresentavam uma taxa muito baixa de problemas ao nível social. A explicação encontrada para o comportamento social saudável foi atribuída à estabilidade vivenciada na família adoptiva (Bohman & Sigvardsson, 1985).

3. A relação pais – filhos em famílias adoptivas: Comunicação, Afecto e Disciplina

São escassos os trabalhos dedicados a analisar a dinâmica de relações pais-filhos em famílias adoptivas. O que se torna um pouco surpreendente, na medida em que são numerosas as investigações no âmbito do estudo da família e das interacções pais-filhos. Frequentemente, estas investigações seguiram a tradição iniciada por Baldwin, Kalhorn e Breese (1945) e que foi seguida por Baumrind (1971), uma tradição em que os estilos de

educação parentais são analisados em função de duas dimensões fundamentais: afecto e comunicação por um lado e controlo e disciplina por outro lado (Palacios & Moreno, 1994).

No entanto este tipo de análise, tão frequente como referido anteriormente, não foi levado a cabo no caso das famílias adoptivas. Estou de acordo com Palacios e Sanchez, (1996, p. 89) quando afirmam: "É como se os investigadores que se ocuparam destas famílias, as estudassem apenas no exterior de sua casa, analisando os pais a partir das suas características sociais e a criança a partir das suas características aquando a sua chegada àquela família e eventualmente, os problemas que apresentava".

As escassas investigações ao nível da dinâmica das relações pais-filhos limitam-se na sua maior parte a constatar a importância de tais relações. Desta forma, Barth & Berry (1988) limitaram-se a constatar que o desenvolvimento de relações de reciprocidade e de trocas positivas entre pais e filhos adoptivos é um indicador que o processo estava a correr bem, sendo mais um elemento de apoio e protecção "nos inevitáveis momentos difíceis" (p. 174).

O modelo de adaptação à adopção proposto por Brodzinksy (1990), permite ter uma noção do processo de adaptação e desenvolvimento das relações adoptivas, no entanto, apenas dedica atenção a esta problemática. Sublinha ainda a importância das relações familiares como o factor interpessoal mais importante no desenvolvimento da adaptação à adopção. Não obstante, a ênfase é colocada no ajustamento dos pais e na resolução de alguns problemas característicos da relação adoptiva (comunicação à criança acerca da sua condição de adoptada, por exemplo).

Esta investigação de Brodzinksy parece seguir a realizada por Kadushin (1980), na qual ele demonstrou que um ajustamento satisfatório das crianças à adopção, está relacionado significativamente com as atitudes dos pais perante a sua decisão em adoptar e perante a criança. Mais concretamente, Kadushin comprovou a importância de uma atitude calorosa e de aceitação por parte dos pais no desenrolar da relação adoptiva, enquanto a não-aceitação da criança combinada com a insatisfação com a adopção estão relacionadas com dificuldades de ajustamento das crianças.

Baseado numa análise de observação directa de interacções em famílias adoptivas, Kaye & Warren (1988) concluíram que a negação das alterações na família desencadeadas pela adopção, já não pode ser vista como um factor de risco, condutor de problemas. Estudos recentes acerca de comunicação em famílias adoptivas, demonstraram que uma comunicação aberta acerca dos sentimentos associados à adopção é distinta da percepção de que a vida familiar é fundamentalmente diferente devido à adopção (Benson, Sharma & Roehlkepartain, 1994; Sobol, Delaney & Earn, 1994). Sobol *et al*. (1994) descobriram que as famílias adoptivas nas quais existe uma comunicação aberta acerca da

adopção se caracterizam como tendo poucas diferenças comparativamente a famílias consanguíneas.

E apesar de serem escassas as investigações acerca do funcionamento das famílias adoptivas, estas apontam para um bom clima familiar, com relações positivas entre os pais e os filhos. Palacios, Sánchez-Sandoval & Sánchez-Espinosa (1996) comparam crianças adoptadas com crianças em centros de acolhimento, crianças com o mesmo lugar de origem e crianças da mesma escola que os adoptados. Os resultados desta investigação comprovaram que as famílias adoptivas mantêm relações mais positivas e democráticas com os seus filhos do que as famílias com filhos que se mantiveram no mesmo lugar de origem das crianças adoptadas, no entanto são menos positivas quando comparadas com as relações existentes entre os pais e as crianças pares que andam na mesma escola que as crianças adoptadas. Também se verificou que as famílias adoptivas não são mais permissivas do que as não adoptivas (Fuentes et al., 2001; Palacios, Sánchez-Sandoval & Sánchez-Espinosa, 1996). Deiner, Wilson e Unger (1988) confirmam a concepção de Palacios e colaboradores, pois no seu estudo provaram que os pais adoptivos apresentavam uma maior capacidade de adaptação e de flexibilidade e tinham o valor de união mais presente.

Marquis e Detweiller (1985) concluíram que os adolescentes adoptados em comparação com não adoptados, definiam os seus pais como sendo mais afectuosos, protectores, com mais comportamentos de ajuda e consolo. Também num estudo realizado com adolescentes espanhóis em regime de acolhimento familiar, chegou-se à conclusão que a relação com os pais de acolhimento, o carinho, a ajuda, o afecto, o apoio emocional e a compreensão eram as dimensões que estes mais valorizavam (Rodríguez, Triana & Hernández, 2005).

Um estudo realizado alguns anos antes, numa perspectiva psicodinâmica, vai no sentido oposto, ao afirmar que as mães adoptivas sentem dificuldade em criar um laço afectivo forte com o seu filho. De acordo com Brinich (1995), as mães biológicas sentem de uma forma inata que a criança lhes pertence, porque nasceu delas, mas as mães adoptivas sentem que a criança no fundo pertence sempre à sua mãe biológica. Desta forma, a relação vinculativa mãe-filho nunca será segura. Como se depreende, esta visão enquadra-se na teoria psicanalítica, orientando-se numa leitura particular da realidade, que não é partilhada pelos estudos acima descritos, os quais têm vindo a corroborar exactamente o oposto.

Também o estudo levado a cabo por Cardoso (2008, p.45) reforça o facto de existir um clima emocional favorável no seio das famílias adoptivas. Quando comparadas com famílias biológicas, estas detêm uma percepção mais positiva do seu relacionamento e dos sentimentos evocados na relação com a(s) criança(s). Palacios, Sanchez-Sandoval e Léon

(2004, p.126) comprovam que as famílias adoptivas não evidenciam qualquer dificuldade em demonstrar ao(s) filho(s) o quanto gostam deles, havendo desta forma constantes demonstrações de carinho.

No que concerne à disciplina exercida nas famílias adoptivas, vários investigadores observaram que os pais adoptivos tendem a ser demasiado protectores e permissivos, demonstrando uma certa dependência em relação à criança, e tendo dificuldades em estabelecer limites (Brodzinksy & Huffman, 1988; Schechter, 1960; Simon & Senturia, 1966). Esta visão é consolidada com o estudo de Bohman (1970) com crianças adoptadas e as suas famílias: os pais adoptivos tendiam a ser menos autoritários nas suas opiniões e atitudes para com a criança e usavam menos o castigo físico, quando comparados com um grupo de pais biológicos. Este autor encontrou uma correlação negativa entre o estilo autoritário e o grau académico dos pais.

Esta assumpção está de acordo com o estudo de Kohn (1963), onde menciona que os pais com um grau de educação mais elevado tendem a valorizar mais os sentimentos, motivos e dinâmicas internas dos seus filhos, em contraste com os valores de conformidade e autoritarismo externo visíveis nos pais com menos habilitações académicas. Ou seja, este grupo de pais apenas se preocupa se a criança segue ou transgride as regras, não tendo em consideração o porquê da criança o ter feito.

E o conhecimento destes comportamentos parentais pode ser uma valiosa ajuda no estudo dos efeitos que estes têm no desenvolvimento da criança ou do adolescente adoptado. Num estudo realizado por Parker (1982), este concluiu que a sobreprotecção parental estava relacionada com o aparecimento de depressão e ansiedade nas crianças adoptadas. Kaduschin (1980) notou que diferentes atitudes podem influenciar o estilo de parentalidade: se por um lado estes se sentem no dever de proteger a criança por esta já ter sido abandonada pelos seus pais biológicos (levando por vezes a níveis de permissividade exagerada), quando tentam ser mais severos com esta, aplicando uma maior disciplina, podem sentir medo de serem rejeitados por ela, pois no fundo nunca deixam de sentir que a criança não lhes pertence. Numa linha de pensamento que se coaduna com a visão de cariz psicanalítico, Kent & Richie (1976) defendem que um estilo parental mais permissivo pode, na realidade, ser uma desculpa que os pais pedem indirectamente aos filhos, uma compensação por sentirem raiva e rejeição pela criança, ainda que inconscientemente. Humphrey & Ounsted (1963) referem ainda que esta permissividade pode estar na base da sua insegurança relativa ao papel parental. Rogers (1985) corrobora esta teoria, mencionando que este estilo parental reflecte insegurança, culpa, inversão de papéis ou falta de empatia para com a criança.

Os pais adoptivos também são por vezes descritos como possuindo expectativas perfeccionistas em relação aos seus filhos (Sorosky, Baran & Pannor, 1978 cit in Gordon 1997). Edwards (1954) concluiu que estes esperavam que os filhos fossem bonitos, inteligentes e bem sucedidos ao nível social. Também Seglow, Pringle & Wedge, (1972) concluíram que os pais adoptivos são rígidos com o desempenho escolar das crianças e com as suas capacidades de uma forma geral, sendo os pais com um nível de educação mais elevado os que tinham aspirações mais altas para o filho.

No estudo longitudinal de Hoopes (1982) mencionado anteriormente, este concluiu que, enquanto famílias *per se,* os pais adoptivos mostraram ter uma melhor relação pais-filhos, um melhor entendimento com as crianças, melhores relações conjugais e uma visão mais positiva da família. Não obstante, Hoopes interpretou estes resultados como uma necessidade que os pais adoptivos tinham de demonstrar a eles próprios que eram bons pais e por isso "quase inconscientemente as suas atitudes reflectem esta necessidade".

No entanto, no meu ponto de vista, estas relações próximas entre pais e filhos adoptivos podem simplesmente reflectir uma grande intensidade vivenciada no processo de parentalidade. Como já foi referido, estes pais desejam de uma forma consciente alcançar a parentalidade, e esperam bastante até que este desejo se concretize, pelo que considero perfeitamente natural que as relações pais-filhos nas famílias adoptivas se revistam de afecto, cumplicidade e união. E penso que o estudo de Gease, (1981 cit in Gordon 1997), pode fundamentar esta ideia: na sua investigação, este concluiu que nas famílias adoptivas havia menos conflitos entre os pais e os filhos. E este resultado poderia ser interpretado como uma falta de proximidade entre eles, no entanto considero que reflicta exactamente o oposto: esta característica pode indicar uma intensa qualidade ao nível da parentalidade, manifestada por estes pais adoptivos.

Humprey e Kirkwood (1982) encontraram diferenças significativas no que se refere às mudanças sociais nos casais que foram pais pela via biológica e adoptiva. Enquanto o grupo de pais adoptivos admitiu que reduziu a sua actividade social de uma forma drástica, apenas metade da amostra de pais biológicos referiu ter reduzido a sua vida social com a chegada do filho. Estes resultados demonstram assim algumas das concepções que vêem sido descritas até então: os pais adoptivos parecem demonstrar uma maior protecção para com os seus filhos, sendo simultaneamente um sinal de ansiedade ou insegurança com o seu desempenho ou papel parental. Torna-se desta forma notório que as famílias adoptivas são pautadas por particularidades que influenciam a vivência da família e mais especificamente a parentalidade exercida. No que concerne à dimensão familiar, a teoria do *Ciclo Vital da Família* atraiu os investigadores no campo da adopção, que tal como se descreve precedentemente, consideraram que estas famílias enfrentavam desafios, tarefas e crises que são específicos da vida familiar adoptiva (Brodzinsky & Huffman, 1988; LePere,

1987). Esta visão contribuiu para a compreensão de que o Ciclo Vital das famílias adoptivas difere qualitativamente do vivenciado nas famílias biológicas. De acordo com Rosenberg (1992), a família adoptiva nasce com a chegada da criança e nela podem distinguir-se as seguintes etapas: Nascimento da família e início da parentalidade, família com crianças em idade pré-escolar, família com filhos em idade escolar, família com filhos adolescentes, família com filhos adultos e família na fase tardia.

Na primeira etapa – nascimento da família e parentalidade – o objectivo principal é o estabelecimento do vínculo afectivo com a criança e as funções a desenvolver são idênticas às questões de edificação e desenvolvimento da parentalidade na família nuclear tradicional. Nos casos em que a criança adoptada é mais velha, o estabelecimento desta vinculação é mais difícil dado que, frequentemente, está já estabelecido um modelo interno de vinculação insegura. Os pais adoptivos têm também, muitas vezes, receio de não conseguir moldar a criança às suas próprias características ou de não se adaptarem eles à criança (Alarcão, 2006). Uma das dificuldades que estes pais podem sentir está relacionada com o desenvolvimento da autoridade e disciplinas claras: por medo de não ter o afecto da criança, por pena relativamente ao seu sofrimento passado, por receio de ser demasiado agressivo na imposição de certas frustrações, ou por gratidão pela atribuição de uma criança, os pais podem adoptar um estilo educativo permissivo ou ambivalente (Idem).

Na segunda etapa – famílias com crianças em idade pré-escolar – assistimos ao desenvolvimento e reforço da relação anteriormente estabelecida, ou seja a forma como a etapa anterior decorreu será determinante na forma como este novo período se desenrolará. É nesta altura que os pais deverão dar início ao processo da revelação (Palacios, 1998), sendo por isso uma altura particularmente difícil, em que os pais se voltam a confrontar com a sua eventual infertilidade e muitas vezes têm medo da reacção da criança.

A terceira etapa é a família com filhos em idade escolar. Rosenberg (1992) refere-se ao período em que a criança entra na escola primária como sendo um período particularmente difícil na relação dos pais-filhos na família adoptiva. O autor defende que nesta fase é comum os pais sentirem medo de perder a aceitação da criança que conseguiram construir até então. A atitude crítica que as crianças manifestam em relação aos pais nesta altura pode ser um factor de stress para os pais e pode até levá-los a questionar se são pais suficientemente bons.

A quarta etapa - família com filhos adolescentes - constitui um dos mais difíceis períodos do desenvolvimento individual do adoptado e do desenvolvimento deste sistema familiar. A tarefa de negociação da autonomia do adolescente é nestas famílias uma função ainda mais complexa, pois os pais podem sentir medo que o adolescente os abandone e opte pela sua família biológica. Neste período de profunda insegurança e grande transformação, é importante que pais e filhos adoptivos tenham uma confiança mútua, se

sintam afectivamente gratificados e demonstrem flexibilidade de forma a poderem superar as crises que necessariamente ocorrerão (Alarcão, 2006). A família com filhos adultos torna-se assim na quinta etapa do ciclo vital da família adoptiva. Tal como acontece na fase anterior, a saída de casa dos filhos pode ser sentida como um abandono ou rejeição, embora, na grande maioria das vezes, tal situação só reforce os vínculos afectivos e os laços familiares. Ao criar a sua própria família, muitos adoptados experienciam, pela primeira vez, o estabelecimento de um vínculo sanguíneo com alguém, o que lhes permite uma enorme gratificação emocional. Os pais adoptivos que integraram satisfatoriamente a sua infertilidade sentem idêntica felicidade (Alarcão, 2006). Os outros, deixam reavivar velhos sentimentos de dor e sofrimento (Rosenberg, 1992). A última etapa é a família na fase tardia. Geralmente, nesta fase, os pais adoptivos aceitam as circunstâncias da adopção com tranquilidade e reconhecem a existência de uma hereditariedade psicológica que os tranquiliza relativamente à continuação da família e à perpetuação da sua memória.

De acordo com Winkler; Brown; Dirck; Keppel & Blanchard, (1988 cit in Gordon 1997), a maneira como os pais adoptivos resolvem as tarefas específicas da família irá determinar a sua adaptação à experiência da adopção. De acordo com Scherz (1971) a *comunicação* é essencial para a família se deslocar de um estádio de desenvolvimento para o outro. Para as famílias com crianças adoptadas, tal comunicação pode ser especialmente necessária no sentido de se lidar com sucesso com o stress adicional que naturalmente surge no seio da família adoptiva. Não obstante, apesar das suas particularidades, o ciclo vital da família adoptiva não deixa de ser semelhante ao ciclo vital das outras famílias, ditas "tradicionais". Por isso Palacios (1998, p. 32) afirma que estas são "famílias simultaneamente diferentes e semelhantes às demais".

Desta forma é possível verificar que não existe congruência entre as investigações lavadas a cabo com famílias adoptivas. Se por um lado existem estudos que defendem que estes pais tendem a ser mais permissivos e por isso menos autoritários, outros há que defendem exactamente o oposto. Sendo assim, alguns indicam os pontos fortes dos pais adoptivos e chegam mesmo a afirmar que estes praticam uma parentalidade bastante adequada, enquanto outros mencionam que estes pais são ansiosos e inseguros no que toca à sua parentalidade. No estudo realizado por Cardoso (2008) concluiu-se que tanto os pais biológicos como os adoptivos recorrem, mais frequentemente, a estratégias disciplinares indutivas (mais racionais que emotivas). As estratégias disciplinares punitivas são menos utilizadas, sendo as técnicas de afirmação de poder as que registam uma menor adesão de cada tipo de parentalidade. Por estas razões, neste estudo procurou-se explorar as ideias e comportamentos dos pais adoptivos, no sentido de se esclarecer as características da sua parentalidade.

4. As Especificidades das crianças adoptadas

No que concerne às crianças adoptadas, Brodzinsky e Huffman (1988) defendem que as experiências, as expectativas e as atribuições dos pais adoptivos nas etapas mais precoces do ciclo vital da família são cruciais para os problemas de adaptação que possam surgir. Hodges (1984) e Hibbs (1991) referem que os pais adoptivos têm tendência em atribuir os comportamentos positivos das crianças ao ambiente da sua família adoptiva e os comportamentos negativos como algo que foi herdado.

Relativamente às suas características, são numerosos os estudos diferenciais com crianças adoptadas e não adoptadas. Num estudo de Deutsch e colaboradores, (1982 cit in Gordon 1997), em que pretendiam medir o grau de défice de atenção em crianças, estes descobriram que uma percentagem significativa da amostra era composta por crianças adoptadas. Outros estudos descobriram que estas crianças sentem uma maior dificuldade de adaptação na escola. Bohman (1970) descobriu que as crianças adoptadas sofriam de mais perturbações nervosas do que a maioria dos seus pares. Na mesma linha, Witmer, Herzog & Weinstein, (1963 cit in Gordon 1997), mencionam que as crianças adoptadas são menos populares na escola quando comparadas com os seus pares. Desta forma, pode-se questionar até que ponto os problemas apresentados pelas crianças, podem estar relacionados com as dificuldades dos pais adoptivos em lidar com as tarefas específicas do Ciclo Vital da sua família. Tal como mencionado anteriormente, quando bem ultrapassadas as crises existentes, maiores são as probabilidades das crianças adoptadas apresentarem um desenvolvimento harmonioso, não se verificando os problemas referidos acima.

No entanto, investigadores como Brodzinksy, Lang & Smith (1995) ou Stein e Hoopes, (1985 cit in Gordon 1997), defendem que não existem diferenças significativas entre a adaptação e desenvolvimento de crianças adoptadas e não adoptadas. Aliás, existem estudos recentes que apontam para uma diminuição da presença de certas características da personalidade, tais como baixa auto-imagem ou insegurança (Benson, Sharma, & Roehlkepartain, 1994). Alguns autores referem mesmo que as crianças adoptadas apresentam um comportamento extrovertido e têm menos problemas ao nível social (Sharma, McGue, & Benson, 1998).

As diferenças apontadas na literatura existente acerca da adopção reflectem a presença de diferenças entre a população estudada (crianças adoptadas), quer sejam ao nível da idade em que foram adoptadas, o estádio de desenvolvimento em que se encontram ou as características parentais. Naturalmente não será equiparável uma criança que foi adoptada aos 6 meses a uma que foi adoptada com 6 anos. A investigação acerca da adaptação das crianças adoptadas, mostra que existem maiores riscos desenvolvimentais quando as crianças são adoptadas numa idade mais avançada, sendo

que este risco se encontra associado às experiências que estas crianças vivenciaram antes da adopção (Hodges & Tizard, 1989; Howes, 1997; Rosenthal, 1993).

Para além disso, os estudos sobre a integração destas crianças apontam para diferenças importantes entre a primeira infância e os estádios mais tardios do desenvolvimento. Desta forma, na primeira infância, o desenvolvimento das crianças adoptadas parece ser adequado (Singer, Brodzinksy, Ramsay, Steir & Waters, 1985). No entanto, tal como mencionado anteriormente, quando a criança entra na fase escolar, por volta dos seis, sete anos, já amadureceu cognitiva e emocionalmente o suficiente para se começar a aperceber da significado da adopção: estas percebem que, na realidade, para terem esta família adoptiva, tiveram de perder uma família biológica (Brodzinsky, 1990; Smith & Brodzinsky, 1994). Ou seja, se até então a família não enfrentou nenhum desafio particularmente difícil, pode ser nesta fase que surjam mais problemas, pois a criança ao entender a adopção na sua essência, pode experienciar o sentimento de abandono e de uma desigualdade que podem entender como negativa, quando comparada com os seus pares.

No entanto, apesar de as crianças adoptadas se poderem sentir inseguras, perdidas e com dúvidas, seja nesta fase em particular ou noutras, penso que a adopção será sempre o melhor caminho para o alcance da sua estabilidade emocional. Como corrobora um estudo recente, que comparou crianças colocadas em famílias de acolhimento e crianças adoptadas, em que ambos os grupos residiam já há bastante tempo com as respectivas famílias: as crianças adoptadas demonstraram possuir um maior nível de segurança emocional, sentimento de pertença e expressaram o seu bem-estar de forma geral, quando comparadas com as crianças residentes em famílias de acolhimento (Triseliotis, 2002).

De acordo com Kaye (1990), as diferenças fundamentais entre crianças adoptadas e não adoptadas são fruto da dor e embaraço do estigma social e da crueldade das pessoas, pelo que este autor não atribui as diferenças das crianças adoptadas às características dos seus pais, como Brodzinsky e Huffman (1988) ou ao seu passado, como defendem Hodges e Tizard, (1989), Howes, (1997) ou Rosenthal, (1993). A partir da análise da literatura existente acerca desta temática, é possível conferir uma tendência, em que as diferenças entre as crianças adoptadas e não adoptadas vem sido diminuídas. Tal como refere Palacios e Sanchez-Sandoval (2005), os estudos mais antigos tendem a apresentar uma imagem mais negativa, com um maior grau de problemas e inadaptação nas crianças adoptadas, para além de uma maior incidência ao nível dos problemas de aprendizagem e de comportamento. Os estudos mais recentes tendem a oferecer uma visão menos dramática da diferença, numa magnitude mais moderada. É o caso da investigação de Manata (2008): Os resultados obtidos colocam em destaque os bons desempenhos que as

crianças adoptadas alcançam após a sua retirada de um ambiente institucional e colocação num ambiente familiar. De facto, os resultados evidenciaram que as crianças adoptadas conseguem superar os efeitos adversos causados pela vivência institucional e equiparar-se aos seus pares na maioria das situações. Desta forma, verifica-se que, tal como acontece nos estudos relativos à parentalidade adoptiva, também nos estudos com crianças adoptadas nos deparamos com visões divergentes acerca das suas diferenças (ou ausência destas) e características.

Em suma, o presente capítulo sublinhou a complexidade e diversidade dos conhecimentos existentes acerca da parentalidade adoptiva, não havendo um consenso acerca das práticas educativas levadas a cabo por estes pais. Da mesma forma, a vivência do processo de adopção é algo muito particular, tornando-se difícil por vezes ter noção deste decurso a partir da perspectiva dos adoptantes. De facto, é tendo consciência destes aspectos que nos aproximamos da nossa proposta de investigação, a qual pretende averiguar as dimensões da parentalidade presentes nas famílias adoptivas portuguesas, no que respeita à expressão emocional, disciplina e comunicação. Também é objectivo deste estudo analisar o processo de vivência da adopção, sempre na perspectiva dos pais.

Capítulo II

Metodologia

Após o enquadramento conceptual, onde foi definido o objecto de estudo, passa-se à apresentação do estudo conduzido, explicitando-se os principais objectivos, questões de investigação e descrevendo-se a metodologia adoptada.

1.Objectivos e Questões de investigação

Este estudo insere-se numa investigação mais ampla acerca do *Processo e Vivência da Adopção, na perspectiva de Pais e Filhos*. Esta investigação tem como objectivo geral caracterizar a vivência familiar no âmbito da adopção, nomeadamente no que diz respeito ao confronto com a infertilidade, à chegada, integração e adaptação da criança, aos comportamentos e práticas parentais em geral e, em particular, para fazer face às tarefas específicas da parentalidade adoptiva como o processo de comunicação sobre a condição de adoptado. No presente trabalho serão analisadas três dimensões da parentalidade, a saber: a expressão emocional, a comunicação e a disciplina. Considerando que a expressão de parentalidade nestas dimensões pode estar associada a outras variáveis específicas da parentalidade adoptiva como as necessidades das crianças adoptadas e a satisfação relativamente à adopção, pretende-se também contribuir para a compreensão da vivência do processo de adopção.

Desta forma foram formuladas as seguintes questões de investigação:

Q1: Como se caracterizam em termos de parentalidade as famílias adoptivas participantes no estudo? Apesar de não ser consensual, investigações recentes têm vindo a demonstrar que existe um clima afectivo global positivo nestas famílias, tal como os estudos de Palacios (1998).

Q2: A parentalidade nas famílias participantes evidencia associações com variáveis relativas à criança (idade e género) e/ou relativas aos pais (género e nível educativo)?

Q3: Que grau de semelhança ou diferença reconhecem em si as famílias adoptivas participantes quando se comparam a famílias com laços biológicos? A parentalidade adoptiva parece assumir uma vertente mais problemática, quando comparada com a biológica (Brodzinsky, 1990). Desta forma, será que os pais entrevistados reconhecem maior dificuldade na sua parentalidade e na sua vida familiar? Qual o grau de satisfação que sentem relativamente à sua situação familiar?

Q4: Em que dimensões da parentalidade, ao nível das ideias e comportamentos, se evidenciam semelhanças e se estabelecem diferenças entre as famílias participantes?

2. Método

2.1 Participantes

Fizeram parte da presente investigação 52 famílias adoptivas. Foram considerados participantes os pais e as mães de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 15 anos que tivessem adoptado há mais de um ano, através do Serviço de Adopções do Instituto da Segurança Social dos Centros Distritais do Porto e Vila Real, entre os anos 2000 e 2007. Destas 52 famílias 38 (73,1%) têm um filho, 13 têm dois filhos (25%) e uma família tem três filhos (1,9%) que cumprem os critérios de selecção da amostra, constituindo um total de 67 crianças adoptadas.

Desta 52 famílias participou no estudo um total de 76 pais adoptivos, dos quais 46 (59%) são do sexo feminino e 32 (41%) são do sexo masculino. Estes apresentavam uma idade compreendida entre os 35 e os 59 anos, com média de 44,63 anos (DP= 5,07). Os pais e as mães adoptivos apresentam uma média de 12,13 anos de estudo (DP= 4,20), entre um mínimo de 4 anos e um máximo de 18 anos de estudo.

Relativamente às crianças adoptadas: Num total de 67 crianças, 28 (41,8%) são do sexo feminino e 39 (58,2%) do sexo masculino. No que respeita à idade das crianças, a idade mínima verificada foi de 5 anos e a idade máxima de 15 anos, com uma média de 9,23 anos (DP= 2,55). No que concerne ao tempo de adopção, o mínimo foi 2 anos e o máximo 14 anos, com uma média de 5,88 (DP= 2,17). Verificou-se uma correlação forte, positiva e significativa (r=0,60, p=0,000, n=67), entre a idade actual das crianças e o tempo de adopção, sendo que as crianças mais velhas se encontram há mais tempo integradas nas respectivas famílias adoptivas. A idade média de adopção das crianças foi de 3,33 anos (D-P=2,15), variando entre um mínimo de meio ano e um máximo de 10 anos. No que diz respeito ao tempo necessário para a completa integração da criança na família adoptiva verificou-se uma média de cerca de 2 meses (M=63,52 dias; D-P=148,97), variando entre um mínimo de um dia e um máximo de 2 anos.

2.2. Instrumentos

Tendo por base os objectivos da investigação, elegeu-se como instrumentos de recolha de dados a *Entrevista sobre o Processo de Adopção* (E.P.A Portuguesa), uma entrevista semi-directiva, adaptada do original Espanhol EPA- *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (Palacios, Sanchez-Espinosa & Sanchez-Sandoval, 1995). Nesta entrevista são exploradas várias temáticas, que vão desde a motivação para a adopção, ao período de espera e chegada da criança até à sua adaptação e desenvolvimento. São igualmente abordadas questões relativas à criança na família e por fim referentes ao futuro e valorização global.

Foi igualmente adaptado um instrumento da autoria de Palacios (1995): a *Escala de Avaliação de Estilos Educativos* (Q4E) para se poder avaliar as questões proeminentes da presente investigação. O Q4E foi convertido no *Questionário sobre Ideias e Comportamentos Parentais* (QICP). Este instrumento contém 20 itens respondidos numa escala de tipo Lickert, de quatro pontos que vão desde o "Absolutamente falso para mim" ao "Absolutamente verdadeiro para mim e agrupados em três subescalas *Comunicação, Expressão Emocional* e *Disciplina*.

2.3 Procedimentos de Recolha de Dados

A presente investigação desenrolou-se no âmbito da colaboração entre o Instituto da Segurança Social, Instituto privado (ISS, IP) e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Foi solicitada a colaboração dos Serviços de Adopção dos Centros Distritais da Segurança Social do Porto e Vila Real para a selecção dos participantes. As famílias foram contactadas pelos Técnicos que previamente seguiram o processo, a fim de as convidar para participar no estudo. As que aceitaram foram contactadas pela equipa de investigação, com o intuito de se realizar a marcação das entrevistas. No primeiro contacto foi-lhes solicitado a assinatura do Consentimento informado e dadas todas as informações que ainda carecessem de esclarecimento.

A recolha de dados decorreu entre Abril e Julho de 2009, tendo sido conduzida por uma equipe de 4 investigadoras licenciadas em Ciências Psicológicas e a realizar o mestrado integrado em Psicologia na FPCEUP.

Quanto à recolha de dados, as entrevistas foram realizadas maioritariamente no domicílio dos adoptantes (79%). Alguns preferiram que as entrevistas fossem administradas no Serviço de Adopções (7,5%), na Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto (7,5%) ou no local de trabalho (6%). A entrevista era realizada pelas investigadoras do estudo e o questionário era preenchido pelos próprios participantes. Pedia-se aos casais para sempre que possível, estarem presentes os dois, de forma a poderem preencher ambos o questionário. Nos casos em que tal não foi possível, apenas uma figura parental respondeu ao questionário. A duração da entrevista somada à aplicação do questionário oscilou entre os 80 e os 180 minutos (M=103,3; DP= 29,04). Cada entrevista foi iniciada por uma breve explicação em que eram apresentados os objectivos da investigação e os temas abordados. Convém ressalvar que era assegurada a confidencialidade de toda a informação recolhida.

Foi também aplicada uma Entrevista aos filhos que aceitaram participar na investigação, a ECAA (*Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adopção*) sendo os dados recolhidos objecto de outros estudos que fazem parte da mesma investigação.

2.4 Procedimentos de Análise de Dados

De modo a obter resposta para as questões de investigação formuladas, foram realizados vários procedimentos de análise de dados, com recurso ao programa informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) *for Windows*, versão 16.0., entre os quais se salientam análises univariadas e bi-variadas, com recurso a testes paramétricos e não paramétricos, os quais serão oportunamente referidos.

Capítulo III

Resultados

No presente capítulo serão apresentados os resultados relativos ao estudo das características metrológicas dos dados recolhidos através do QICP, bem como os dados obtidos das análises conduzidas para responder às questões de investigação.

1. Estudo do Questionário de ideias e comportamentos parentais. (QICP)

Com o objectivo de estudar as qualidades métricas dos dados obtidos com o QICP foram exploradas: a sensibilidade/poder discriminativo dos itens; a validade dos dados, através da análise da estrutura factorial (validade de conceito ou de constructo; Almeida e Freire, 2003) e a fidelidade dos dados, nomeadamente através da consistência interna.

A sensibilidade/poder discriminativo refere-se à capacidade para discriminar os sujeitos segundo o atributo mensurado (Almeida e Freire, 2003). Frequentemente "um critério empírico para a apreciação da sensibilidade dos resultados consiste no grau de consonância entre a distribuição dos resultados obtidos e o tipo de distribuição inerente às leis estatísticas da curva normal" (Almeida, 1988, p.110). Esta análise pretende determinar se os itens apresentam uma distribuição que se aproxima da curva normal, isto é se o instrumento é sensível, se é capaz de diferenciar correctamente entre si os vários sujeitos (Almeida & Freire, 2003). A distribuição dos itens que constituem ao QICP é apresentada no quadro do Anexo 1. Verifica-se que todos os itens se distribuem entre um mínimo de 1 e um máximo de 4 e que grande parte apresenta valores de curtose e assimetria compreendidos entre -1 e +1. por conseguinte, pode considerar-se que os itens do Questionário apresentam um bom poder discriminativo

Para estudar a validade de constructo, recorreu-se à exploração da estrutura factorial. A análise factorial envolve um conjunto de pressupostos e técnicas estatísticas, com o objectivo de converter um conjunto de variáveis, medidas, ou itens de um determinado instrumento num número mais reduzido de factores comuns (Nunnally, 1978). As condições para a realização de uma análise de componentes principais foram satisfeitas, pois o coeficiente de KMO obtido foi de 0,70 e o teste de esfericidade de Bartlett (χ(458) =190,000; p<0,000) evidenciou um nível de significância inferior a 0,005, permitindo afirmar a existência de correlações entre as variáveis. Utilizou-se a rotação oblíqua, uma vez que se partiu do pressuposto da não existência de independência dos componentes (Pereira, 1999), sendo o método mais usado a rotação *Direct Oblimin*.

Tentaram-se várias soluções factoriais até encontrar uma solução conceptualmente satisfatória. Deste procedimento resultaram três factores[1]. O primeiro factor, com uma variância explicada de 23,71% é constituído por seis itens, que se referem a concepções e

[1] O anexo 2 apresenta os resultados da análise de componentes principais do QICP.

comportamentos dos pais, indicadores da distância/proximidade emocional entre eles e os filhos. A análise de conteúdo dos itens que saturam este factor conduziu a que fosse denominado "*Retraimento Emocional*". O segundo factor, explicando 11,77% da variância, é constituído por sete itens que remetem para aspectos relacionados com a forma como a disciplina é exercida, ou seja, que tipo de controlo do comportamento dos filhos estes pais utilizam, pelo que foi designado de "*Disciplina Activa*". O terceiro factor, explicando 8,83% da variância é composto por três itens, reportando para a avaliação do nível de comunicação vivenciada entre pais e filhos, ao qual denominamos "*Comunicação Fraca*", dada a análise de conteúdo dos itens que saturam neste factor.

Por último, foi realizado o cálculo da fidelidade. Nunnally (1978) salienta que a consistência interna elevada é um pré-requisito para uma validade elevada, ou seja, se um teste pretende ser válido (no sentido de medir o que pretende medir), então a consistência interna tem de ser elevada. É definido como um conjunto de correlações entre itens contidos num teste (Nunnally, 1978), sendo o método do coeficiente de alpha de Cronbach o mais utilizado e considerado o melhor índice de consistência interna, isto é, procedimento considerado a melhor estimativa de fidelidade de um teste (Muñiz, 2001). Os índices de consistência interna revelaram-se satisfatórios para os três factores, a saber $\alpha = 0{,}75$ para o factor "retraimento emocional", $\alpha = 0{,}72$ para o factor disciplina e $\alpha = 0{,}70$ para o factor comunicação, dado que os valores de α entre 0,70 e 0,80 são considerados aceitáveis em fases iniciais da investigação (Nunnally, 1978).

2. Dimensões da parentalidade

Na busca de respostas às questões de investigação atrás apontadas, começar-se-á, num primeiro momento por apresentar os resultados descritivos das variáveis dependentes do estudo relativos às três dimensões da parentalidade: expressão emocional, disciplina e comunicação. Estas dimensões da parentalidade foram operacionalizadas a partir dos factores identificados no QICP, respectivamente, retraimento emocional, disciplina activa, de afirmação de poder, e fraca comunicação, pelo que notas baixas nos factores retraimento emocional e fraca comunicação, (traduzindo pouca frequência dos comportamentos ou desacordo com as afirmações expressas), são indicadores de fácil expressão emocional e boa comunicação, respectivamente. Uma nota elevada na dimensão disciplina é indicadora do recurso frequente a métodos activos (por oposição a métodos indutivos) de controlo do comportamento dos filhos. Posteriormente serão expostos os resultados respeitantes às variáveis relativas a vivência da adopção, assim como as percepções dos pais acerca da sua parentalidade quando comparada com a biológica. Por fim, apresentar-se-ão os resultados de uma análise de *clusters* conduzida com objectivo de

identificar grupos homogéneos de pais no que diz respeito à Parentalidade no seio da amostra global.

Em suma, começaremos por explorar as dimensões que caracterizam o ambiente familiar nas famílias participantes, passando à exploração de como estas famílias estão a viver a situação de adopção, para finalmente serem abordadas situações mais concretas de grupos específicos de famílias.

O quadro 3 apresenta os resultados obtidos na análise da distribuição dos resultados relativos aos factores do QICP (N=76).

Quadro 3. Medidas descritivas dos factores da parentalidade (N=76)

Factores	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Retraimento Emocional	1.82	0.40	1.00	2.71
Disciplina Activa	2.04	0.25	1.57	2.57
Fraca Comunicação	1.89	0.45	1.00	3.20

Na análise efectuada acerca das ideias e comportamentos parentais estudados a partir das variáveis contidas nestes factores, nota-se que de uma forma geral, o ambiente vivenciado nas famílias adoptivas estudadas, é um ambiente positivo, na medida em que se verificam notas baixas em retraimento emocional e em fraca comunicação e uma nota média no factor de disciplina activa.

Os dados revelam que apenas 14,5% dos pais (N=11) refere ter problemas em demonstrar que gosta do filho contra os 85,5% (N=65) que afirmam não sentir qualquer dificuldade. Ainda relativamente às questões afectivas, uma percentagem significativa dos pais (88,3%, N=68) declara ser afectuoso com o filho, sem medo que este "cresça mimado". Em concordância com os itens anterior, a quase totalidade dos pais afirmou elogiar o filho, sempre que este faz algo correcto, sem medo que este fique vaidoso (97,4%, N=75). Os dados revelaram que esta comunicação entre pais e filhos deixa de ser tão frequente quando os pais têm algum problema, embora a maior parte dos respondentes tenha mencionado que partilha com os filhos o seu estado emocional. Desta forma, 75,3% (N=58) conversa com os filhos acerca dos seus assuntos pessoais, embora 24,7% (N=19) refira que prefere que o filho não tenha conhecimento acerca das suas preocupações.

No que diz respeito ao factor disciplina activa, de afirmação de poder, verifica-se que 75,3% dos pais (N=58), quando questionados acerca da assertividade presente nas regras impostas ao filho, afirma que não altera a regra nem pede algo diferente, quando o filho se nega a cumpri-la. Não obstante, existem ainda 24,7% dos pais (N=19) que

mencionaram concordar em mudar a regra se o filho se negar a concretizá-la. Na linha de avaliação do nível de exigência parental, verificou-se que a quase totalidade dos pais (98,7%) não revela qualquer receio em aborrecer o filho ao ser exigente (N=75). Desta forma, o item que se segue é congruente com o anterior, na medida em que 52% dos pais (N=39) afirmaram que em questões de disciplina preferem pecar por excesso do que por defeito, embora 48% (N=36) tenham respondido o oposto. Quando questionados acerca das regras proibitivas com crianças de 6 anos de idade, 96,1% (N=74) dos pais participantes concordou que as regras deviam ser aplicadas. Alguns pais demonstraram ainda concordância com algumas práticas de cariz mais punitivo, pois 68,8% (N=53) mencionaram concordar com a afirmação "Uma palmada na altura certa resolve muitos problemas" e 49,4% (N=38) referiram que "Um bom castigo no tempo certo vale mais do que três explicações".

Relativamente ao factor fraca comunicação, é notório que existe um bom nível de comunicação entre os pais e os filhos (M= 1,89; DP=0,45). De facto, 85,7% dos pais (N=66) considera que os filhos têm confiança neles para falar de certos assuntos, contrariamente a 14,3% (N=10) que referiram que tal como muitas famílias, os filhos não tinham confiança para conversar com eles acerca de certos assuntos. Este item relaciona-se positivamente com o item anterior, dado que grande parte dos pais, 87% (N=67) referiu que toma conhecimento dos assuntos relativos ao filho através do próprio e não de outras pessoas. Este clima propício ao diálogo é congruente com o item que se segue, pois verificou-se que as discussões entre pais e filhos não são frequentes. Na resposta à questão "Quando eu e o meu filho falamos, acabamos sempre por discutir", 96,1% dos pais (N=73) respondeu negativamente. De seguida serão apresentados os resultados relativos às correlações entre as dimensões da parentalidade.

Quadro 4. Correlações entre as Dimensões da Parentalidade (N=64)

	Dimensão Comunicação	Dimensão Disciplina	Expressão Emocional
Dimensão Comunicação	1		
Dimensão Disciplina	.26*	1	
Dimensão Expressão Emocional	.62**	.29*	1

*p<0,05 **p<0,001

Foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson, no sentido de se pesquisarem associações entre as dimensões da parentalidade avaliadas no estudo. Assim,

verificou-se uma correlação significativa alta e positiva (r=0.62[2]; p=0.000), entre as dimensões expressão emocional e comunicação, ou seja nas famílias com um maior retraimento na expressão emocional, mais a comunicação têm tendência a ser fraca. A dimensão disciplina apresenta correlações significativas, positivas e baixas com as dimensões expressão emocional e comunicação (r=29; p=0,018 e r=26; p=0,036, respectivamente) significando que nas famílias em que se verifica uma menor demonstração de afectos, assim como uma menor comunicação entre pais e filhos, o nível de disciplina tende a ser maior.

3. Variáveis da Criança e dos Pais que têm impacto nas dimensões educativas

No sentido de estudar o impacto das variáveis independentes de caracterização dos pais (idade actual e escolaridade), dos filhos (idade actual) e das famílias (tempo de adopção), nas variáveis dependentes (dimensão expressão emocional, dimensão disciplina e dimensão comunicação), procedeu-se a uma correlação bi-variada que poderá ser analisada no quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 5. Matriz de correlação entre as variáveis independentes relativas às famílias e as variáveis relativas às dimensões da parentalidade (N=67).

	Comunicação	Disciplina	Expressão Emocional
Tempo de adopção	.31*	-.12	.26*
Idade actual dos pais	.22	.13	.19
Idade actual da criança	.27*	-.21	.28*
Escolaridade dos pais	-.05	-.25*	-.17

*p<0.05

No que diz respeito à dimensão expressão emocional, verifica-se que apresenta correlações significativas, positivas se bem que baixas com as variáveis tempo de adopção e idade actual da criança, sendo que o retraimento emocional tende a ser maior quanto maior o tempo de adopção ou a idade da criança. No mesmo sentido, também a dimensão comunicação apresenta uma correlação moderada, positiva e estatisticamente significativa com o tempo de adopção e uma correlação baixa, positiva e significativa com a idade da criança.

[2] É seguida a classificação proposta por Cohen (1988, cit. Pallant, 2001, p. 120) para determinar a força da relação entre duas variáveis: correlação baixa se r=-.10 a .29 ou r=-.10 a -.29; correlação moderada se r=.30 a .49 ou r=-.30 a -.49; correlação alta se r=.50 a 1.0 ou r=.50 a -1.0

Atendendo a que o tempo de adopção e a idade da criança estão significativa e fortemente correlacionadas (r=0,60, p=0,000), procedeu-se ao cálculo de correlações parciais com estas variáveis, a fim de isolar o efeito de cada uma. Assim, controlando a variável idade actual da criança, a correlação entre o tempo de adopção e a expressão emocional deixa de existir (r=0,06, n.s), e a correlação do tempo de adopção com a comunicação é baixa, positiva mas não significativa (r=0,22).

Controlando a variável tempo de adopção, verifica-se que a idade actual da criança deixa de se correlacionar com a dimensão expressão emocional (r=0,04, n.s), e mantém uma correlação positiva, embora fraca e não significativa, com a dimensão comunicação (r=0,19, n.s.). De facto parece ser o efeito cumulativo da idade da criança com o tempo de adopção que explicam o aumento de retraimento emocional e o enfraquecimento da comunicação na relação pais-filhos. Por outras palavras, seriam as crianças que tendo sido adoptadas há mais tempo são igualmente mais velhas, aquelas em que é mais notório o maior retraimento emocional e a fraca comunicação. Refira-se ainda que no que diz respeito à dimensão disciplina, se verificou uma correlação significativa, negativa embora baixa com a escolaridade dos pais, denotando que quanto mais elevada é a escolaridade, menos os pais tendem a utilizar técnicas disciplinares activas para controle do comportamento dos filhos (r=-25; p=0,046).

Com objectivo de verificar o impacto do género da criança nas práticas educativas dos pais, foi realizada uma análise exploratória através do teste t para amostras independentes, não tendo sido obtido qualquer valor com significância estatística em nenhuma das dimensões da parentalidade: disciplina ($t_{(62)}$= 1,186, n.s), expressão emocional ($t_{(62)}$= 0,379, n.s) e comunicação ($t=_{(62)}$= 0,787, n.s). Do mesmo modo, o género dos pais parece não ter qualquer impacto a determinar diferenças nas dimensões de parentalidade consideradas: disciplina ($t_{(73)}$= 1,460, n.s), expressão emocional ($t_{(73)}$= 1,413, n.s) e comunicação ($t=_{(73)}$= 1,395, n.s).

Dado que a congruência educativa entre ambas as figuras parentais se assume como um factor essencial num clima familiar harmonioso, e visto que o presente estudo acaba por avaliar o clima emocional vivenciado nas famílias adoptivas participantes, procurou-se analisar a associação entre as respostas das mães e dos pais (em 35 casais) para cada um dos itens que constituem as três dimensões da parentalidade, através do cálculo do índice rho de Spearman. O recurso a estatística não-paramétrica justifica-se pelo tipo de resposta obtida em cada item, variando entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”

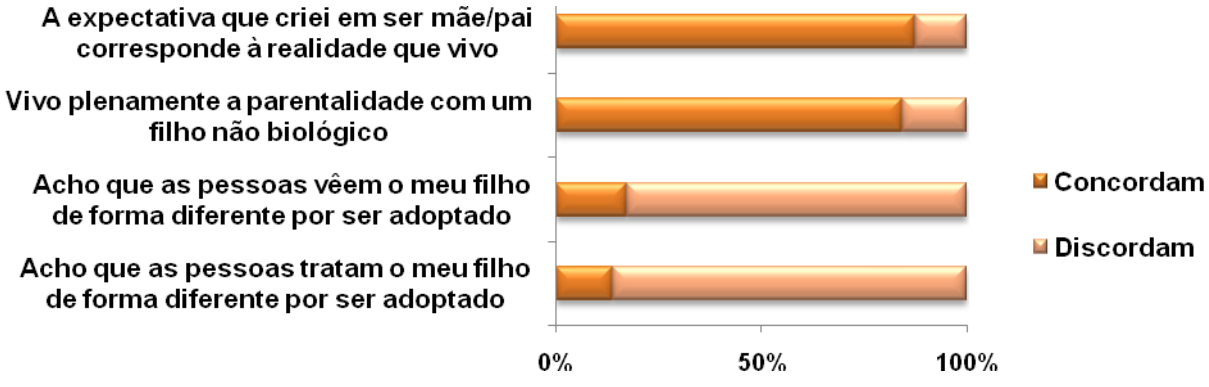
Os resultados desta análise evidenciaram que a dimensão Comunicação é aquela que obteve uma maior congruência entre os cônjuges (2 respostas significativas em 3 itens existentes), seguida da dimensão Disciplina (4 respostas significativas em 7 itens). De facto,

dentro da dimensão expressão emocional, não houve um item em que se verificasse existir uma correlação significativa entre as respostas de ambos os elementos do casal. Já na dimensão comunicação, foi encontrada alguma congruência no que diz respeito a dois itens: "Tal como acontece em muitas famílias, o meu filho não tem confiança em mim para falar de certas coisas" (rho=44; N=35; p=0,007); "Tomo conhecimento de assuntos relativos ao meu filho mais facilmente através de outras pessoas do que pelo meu filho" (rho=51; N=35; p=0,002). Na dimensão disciplina foram igualmente encontradas algumas correlações significativas: "Uma palmada na altura certa resolve muitos problemas" (rho=48; N=35; p=0,003); "Um bom castigo no tempo certo vale mais do que três explicações" (rho=38; N=35; p=0,022); "A uma criança de 6 anos não se pode proibir nada, ela terá tempo para aprender quando crescer" (rho=49; N=35; p=0,003); "Na disciplina prefiro pecar por excesso do que por defeito" (rho=41; N=35; p=0,016), evidenciando o acordo em termos de ideias parentais no que se refere a estratégias de controle do comportamento dos filhos.

4. Ideias relativas à parentalidade adoptiva quando comparada com a biológica

A fim de conhecer o modo como os pais participantes posicionam a parentalidade adoptiva face à parentalidade biológica foram explorados aspectos que se prendem não apenas com a satisfação experienciada face à adopção e o grau em que as expectativas que tinham relativamente à parentalidade puderam ser concretizadas na adopção, mas também a percepção que têm dos seus filhos serem alvo de descriminação pelo facto de ser adoptados. O gráfico 1, apresenta a distribuição das respostas em percentagem.

Gráfico 1. Concepções acerca da parentalidade adoptiva



Foram efectuadas análises de *Qui - Quadrado* com a finalidade de saber se existem relações entre a distribuição das variáveis mencionadas e o sexo dos sujeitos, no entanto não foi obtido nenhum valor com significância estatística.

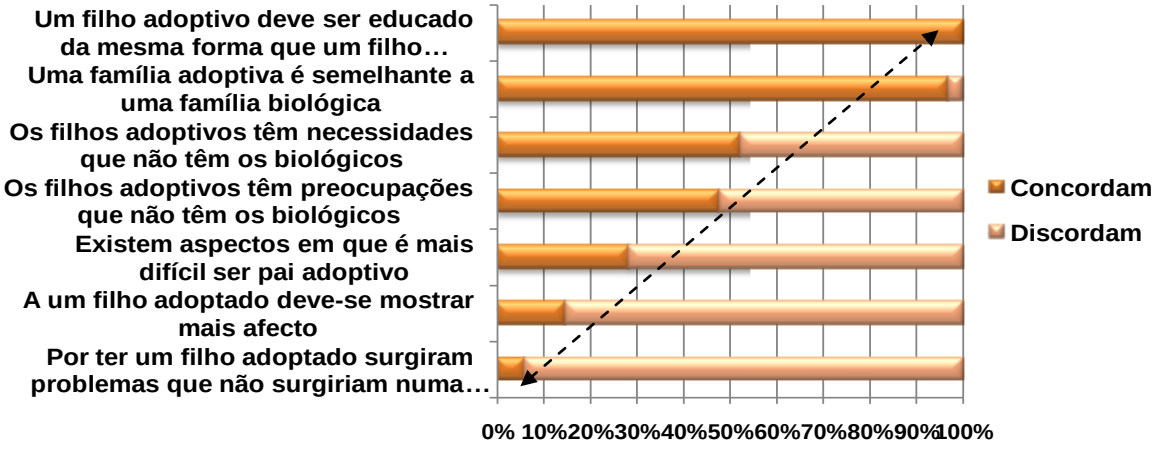
No que diz respeito às ideias dos pais quanto a praticas educativas face a um filho adoptado por comparação a um filho biológico, foi possível averiguar que todos os pais

entrevistados são da opinião de que se deve ser igualmente exigente e educar um filho adoptivo, tal como um filho biológico (100%; N=67). Uma percentagem igualmente elevada de pais (97%; N=65) considera a sua família totalmente semelhante a uma família biológica. Um número elevado de pais é de opinião de que as crianças adoptadas têm necessidades (52,2%; N=35) e preocupações diferentes (47,8%; N=32) de uma criança que o não é. Destas necessidades, 35,8% (N=24) dos pais referiram as necessidades de cariz emocional e 14,9% (N=10) mencionam que as crianças adoptadas sentem necessidade de conhecer o passado.

No que respeita às preocupações, 56,3% (N=18) dos pais pensam que estas apreensões estão relacionadas sentimentos de medo, de perda e com insegurança, 28,1% (N=9) aludiu às preocupações relativas aos pais biológicos e à história passada da criança e 15,6% (N=5) referiu ainda que as crianças adoptadas se preocupam com as reacções dos outros ao facto de serem adoptadas.

No que concerne à perspectiva dos pais referente ao seu tipo de parentalidade, 28,4% (N=19) afirmou sentir que é mais difícil ser pai adoptivo do que biológico, contra 71,6% (N=48) que não sente qualquer tipo de diferença em termos de dificuldade da parentalidade adoptiva face à biológica. Destes 19 pais que acreditam que existem aspectos em que é mais difícil ser pai adoptivo, 42,1% (N=8) atribui ao facto de ser complicado falar sobre a adopção e contar à criança que é adoptada. Verificou-se uma percentagem igual para a dificuldade de integração e adaptação destas crianças a um novo ambiente e rotinas familiares (42,1%; N=8). Por fim, 15,8% dos pais menciona as dificuldades com o exterior como um dos obstáculos da parentalidade adoptiva. No entanto, apenas 6% (N=4) dos pais referiram ter tido problemas com o seu filho que se prendem com o facto de este ser adoptado.

Gráfico 2. Concepções educativas acerca da parentalidade adoptiva comparada com a biológica.



Será curioso salientar que, dos 35,8% (N=34) de pais que referiram que as crianças adoptadas apresentavam necessidades emocionais, apenas 14,9% (N=10) mencionaram que a um filho adoptado se deve mostrar mais afecto.

Finalmente refira-se que a maioria dos pais se encontra satisfeito com a comunicação que mantém com o filho (N=64; 96,5%). Ainda de acordo com os pais, a criança mantém uma comunicação mais próxima com a mãe (N=34; 51,5%), seguindo-se as crianças que mantém uma relação próxima com ambas as figuras parentais (N=26; 39,4%) e por fim apenas 9,1% das crianças (N=6) mantém uma relação de comunicação de maior proximidade com o pai. Quando a criança tem algum problema, na sua grande maioria estas contam a ambas as figuras parentais e pedem para que estes a ajudem a resolver o problema (N=26; 38,8%), seguidas de uma menor percentagem (N=20; 29,9%) de crianças que partilham com a mãe a seu dificuldade e apenas a ela pedem ajuda na tentativa de o resolver. Uma pequena percentagem de crianças conta e pede ajuda somente ao pai (N=2; 3%) e uma igual percentagem pede ajuda a outro familiar. Não obstante verificou-se uma percentagem significativa de crianças que não partilham o seu problemas com nenhum dos pais, tentando resolver o problema por si mesmas (N=15; 22,4%).

Relativamente ao grau de afecto da criança para com os pais, percepcionado por estes, verifica-se que as relações são maioritariamente afectuosas. Desta forma, apenas 1,5% (N=1) das mães respondeu que o filho a trata de forma fria, contra os 28,4% (N=19) que afirmaram que são tratadas de forma afectuosa e muito afectuosa (70,1%, N=47). No que concerne aos pais, as respostas encontram-se apenas em duas categorias: 34,4% (N=20) dos pais afirmaram que os filhos os tratam de forma afectuosa e 65,7% (N=38) mencionaram que são tratados de forma muito afectuosa pelo seu filho.

5. Heterogeneidade no seio das famílias adoptivas

No sentido de verificar a possibilidade de destacar grupos de famílias adoptivas, que se distinguem em função da forma como é vivenciada a situação da adopção no seio da família, para além da própria parentalidade, avaliada através das dimensões expressão emocional, disciplina e comunicação, recorreu-se a procedimentos estatísticos de análise de *clusters* (K-Means).

A análise de clusters, também designada por análise segmental ou análise taxonómica (Everitt, Landau & Leese, 2001; Kaufman & Rousseu, 1990) tem por objectivos identificar subgrupos homogéneos de casos numa dada população. Isto é, procura identificar conjuntos de grupos que minimizem a variação intra-grupos e maximizem a variação inter-grupos (Everitt, Landau & Leese, 2001). Pestana e Gageiro (1998)

consideram que “a análise de *clusters* é um bom procedimento aquando da exploração dos dados, quando existe a suspeita de que a amostra não é homogénea.” (p. 345).

Na construção dos clusters apresentados foram utilizadas sete variáveis (Vida familiar mais fácil ou difícil após a adopção; Neste momento qual o grau de satisfação com a sua família; Repercussão da adopção na sua vida; A tarefa de ser mãe/pai adoptivo revelou-se mais fácil ou mais difícil do que o esperado; Dimensão expressão emocional operacionalizada através do factor retraimento emocional; Dimensão comunicação operacionalizada através do factor fraca comunicação e Dimensão disciplina operacionalizada através do factor disciplina activa. O critério seguido para a escolha destas variáveis foi a procura da distribuição mais discriminativa entre os clusters (Pestana e Gageiro, 1998). De entre as soluções possíveis foi escolhida a mais económica com significado.

Foram encontrados dois clusters de famílias: as famílias constituídas por pais que consideram a *parentalidade adoptiva fácil* (N=31; 55,4%) e famílias constituídas por pais que consideram a *parentalidade adoptiva difícil* (N=25; 44,6%). Esta denominação foi atribuída com base em duas das variáveis que entraram para a definição dos clusters: “a tarefa de ser mãe/pai adoptivo tornou-se mais fácil/difícil do que o esperado” e “a vida familiar tornou-se mais fácil/difícil depois da adopção” e que se revelaram particuilarmente discrimantes entre os dois grupos.

Assim, as famílias que consideram a sua parentalidade fácil, referem que a repercussão da adopção na sua vida terá sido muito positiva, estão muito satisfeitas com a sua vida familiar, e mencionam que com a adopção a vida familiar se tornou mais fácil. Em congruência com os resultados apresentados até aqui, neste grupo os pais também pensam que a tarefa de ser pai adoptivo se tornou mais fácil do que esperavam. Relativamente às dimensões presentes nestas dinâmicas familiares, a expressão de afecto é mais elevada, assim como o nível de comunicação entre os pais e os filhos.

Por seu lado, aferiu-se que nas famílias que consideram a sua parentalidade difícil, a repercussão da adopção na sua vida terá sido positiva, estão satisfeitas com a sua vida familiar no momento, embora admitam que com a adopção a vida familiar se tornou mais difícil e que a tarefa de serem pais adoptivos se tornou mais difícil do que o esperado. Neste grupo de famílias também se verificou que existe um clima em que existe uma menor expressão de afecto e uma comunicação menos aberta.

Com o objectivo de se conhecer que tipo de famílias integravam cada um dos destes grupos foi explorada a sua associação com variáveis caracterizadoras dos participantes (Idade actual da criança, idade da criança quando veio viver com a família, grau de satisfação actual com as características da criança, satisfação quanto ao nível de

comunicação com a criança e nível de escolaridade do casal). O quadro 4 resume os resultados das análises conduzidas.

Quadro 6. Estatísticas descritivas e significância estatística do Teste t para amostras independentes dos dois grupos de pais adoptivos.

Variáveis	Grupo de pais	N	Média	Desvio-Padrão	p
Idade actual da criança	Parentalidade fácil	31	8,48	1,89	,014
	Parentalidade difícil	25	10,2	3,09	
Idade da criança quando veio viver com a família	Parentalidade fácil	31	2,77	1,85	,016
	Parentalidade difícil	25	4,18	2,37	
Tempo de adopção	Parentalidade fácil	31	5,67	2,08	,592
	Parentalidade difícil	25	6,02	2,67	
Tempo necessário para a integração (em dias)	Parentalidade fácil	31	40,7	98,0	,295
	Parentalidade difícil	25	78,9	169,5	
Satisfação quanto ao nível de comunicação com a criança	Parentalidade fácil	31	3,84	,37	,000
	Parentalidade difícil	25	3,32	,47	
Satisfação actual com as características da criança	Parentalidade fácil	31	3,97	,18	,000
	Parentalidade difícil	25	3,52	,58	
Escolaridade do casal	Parentalidade fácil	31	11,8	4,08	,046
	Parentalidade difícil	25	14,0	3,58	

Os dados obtidos revelam a existência de algumas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Salienta-se desta forma que os pais que consideram a sua parentalidade fácil são os que têm neste momento as crianças mais novas, são os que adoptaram crianças mais novas e são os que se encontram mais satisfeitos com as características da mesma. Da mesma forma, encontram-se extremamente satisfeitos com o grau de comunicação estabelecido com o filho e são os que apresentam menos anos de escolaridade. Já os pais que consideram a sua parentalidade difícil são os que têm no presente as crianças mais velhas, tendo sido adoptadas com um a idade superior às do outro grupo, encontram-se menos satisfeitos com as características da filho e com o grau de comunicação com este e completaram mais anos de escolaridade.

Capítulo IV

Discussão de Resultados

O propósito principal definido para este trabalho foi conhecer como se manifestava a parentalidade numa amostra de famílias adoptivas. Com este intuito, considerou-se a exploração de três dimensões da parentalidade: a expressão emocional operacionalizada através do factor retraimento emocional, a comunicação, operacionalizada através do factor fraca comunicação e a disciplina, operacionalizada através do factor disciplina activa. Na verdade, pretendeu-se conhecer de que forma os pais exprimiam o seu afecto, qual o nível de comunicação estabelecido entre eles e os filhos e de que forma era exercida a disciplina ou seja, que tipo de controlo do comportamento dos filhos era usado. Também se procurou avaliar a percepção que estes pais apresentam acerca da sua parentalidade de uma forma geral e de que forma o processo adoptivo era vivenciado. Sendo assim, numa forma mais lata, pode-se dizer que se acaba por analisar implicitamente a dinâmica existente nas famílias adoptivas, ao nível das relações pais-filhos.

As dimensões atrás mencionadas foram operacionalizadas a partir dos factores que emergiram da análise factorial do *Questionário sobre Ideias e Comportamentos Parentais* (QICP), um questionário de auto-resposta, adaptado da *Escala de Avaliação de Estilos Educativos* (Q4E), de Palacios (1995). Saliente-se que o preenchimento individual foi um dos critérios salientados durante a aplicação do instrumento citado, principalmente quando os dois elementos do casal estavam presentes.

Para conhecer as ideias relativas à parentalidade adoptiva quando comparada com a parentalidade biológica e concepções acerca da vivência do processo adoptivo foram utilizadas variáveis extraídas da *Entrevista sobre o Processo de Adopção* (E.P.A Portuguesa), uma entrevista semi-directiva, adaptada do original Espanhol EPA- *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (Palacios, Sanchez-Espinosa & Sanchez-Sandoval,1995).

Os dados recolhidos com recurso à EPA e ao QICP sugerem que os pais participantes propiciam um ambiente familiar positivo aos seus filhos. As notas baixas obtidas no factor retraimento emocional evidenciam que, no que concerne às demonstrações de carinho e afecto por parte dos pais, estas são maioritariamente positivas. Os dados revelam que a maioria dos pais apenas não tem problemas em demonstrar que gosta do filho, estabelecendo desta forma relações bastantes afectuosas e cúmplices. Sendo assim, como seria esperado, os pais elogiam constantemente o filho, sempre que este faz algo correcto. Estes resultados vão assim de encontro a alguma da literatura existente acerca da relação emocional entre os pais adoptivos e os seus filhos: Num estudo comparativo entre famílias biológicas e adoptivas, Hoopes (1982) demonstrou que nas famílias adoptivas existia um maior número de manifestações de carinho e afecto em relação às crianças. Da mesma forma, torna-se claro que estes resultados se coadunam com o estudo efectuado por Palacios e colaboradores, em que estes verificaram que nas famílias adoptivas existia um bom clima familiar, com relações positivas entre os pais e os

filhos (Palacios, Sánchez-Sandoval & Sánchez-Espinosa, 1996). Será importante referir que no estudo de Cardoso (2008) foram igualmente encontrados resultados muito positivos no que se refere ao relacionamento entre pais adoptivos e os filhos: na dimensão dos afectos parentais os pais apresentaram uma percepção positiva do seu relacionamento com os filhos, apontando para uma positividade dos sentimentos evocados na relação com as crianças.

Os resultados demonstraram que esta comunicação entre pais e filhos deixa de ser tão frequente quando os pais têm algum problema, embora a maior parte dos respondentes tenha mencionado que partilha com os filhos o seu estado emocional. Esta redução dos níveis de comunicação pode entender-se, pois a maioria dos pais demonstra esta atitude com a intenção de proteger o filho dos seus problemas. Verifica-se de certa forma, que este resultado vai de encontro a vários investigadores que observaram que os pais adoptivos tendem a ser demasiado protectores (Brodzinksy & Huffman, 1988; Schechter, 1960; Simon & Senturia, 1966). No entanto, os mesmos autores encontraram uma associação entre esta sobreprotecção e as dificuldades em estabelecer limites. E como se conferiu nos valores resultantes da dimensão disciplina, estes pais não demonstraram dificuldades em utilizar técnicas de cariz disciplinar com os filhos quando necessárias, não se observando desta forma um estilo permissivo.

Conclui-se assim que, a grande maioria dos entrevistados é assertivo nas regras que impõe ao filho, não sentindo receio de incomodar a criança com tal grau de exigência. Verifica-se igualmente uma percentagem elevada de pais que afirma estar de acordo com técnicas disciplinares mais punitivas, como uma palmada ou um castigo, em vez de explicações. O resultado encontrado é contrário ao obtido na investigação de Bohman (1970) com crianças adoptadas e as suas famílias: este observou que os pais tendiam a ser menos autoritários nas suas opiniões e atitudes para com a criança e usavam menos o castigo físico, quando comparados com um grupo de pais biológicos. E apesar de este não ser um estudo de comparação com a parentalidade biológica, parece mesmo assim indicar que estes pais não demonstram tendência a praticar uma parentalidade permissiva. Também Kadushin (1980), demonstrou que um ajustamento satisfatório das crianças à adopção, está relacionado significativamente com as atitudes dos pais perante a sua decisão em adoptar e perante a criança ou seja, uma atitude calorosa por parte dos pais torna-se indispensável no desenrolar positivo da relação adoptiva.

Relativamente ao factor comunicação fraca, as baixas notas obtidas nesta variável apontam para um bom nível de comunicação entre os pais e os filhos. De facto, concluiu-se que a maioria dos pais considera que mantém com os filhos uma relação baseada na confiança, que possibilita aos filhos falarem com eles acerca de diferentes assuntos. Da mesma forma, verifica-se que grande parte dos pais toma conhecimento dos assuntos

relativos ao filho através do próprio e não de outras pessoas, indo de encontro ao item anterior. Este clima propício ao diálogo é congruente com o resultado que se segue, na medida em que se verifica que na maioria das famílias adoptivas as discussões entre pais e filhos não são muito frequentes. O estudo de Gease (1981 cit in Gordon 1997), parece fundamentar esta ideia uma vez que na sua investigação, este concluiu que nas famílias adoptivas – quando comparadas com as biológicas - havia menos conflitos entre os pais e os filhos. E considero que este resultado pode ser interpretado como sinal de uma grande proximidade entre pais e filhos. A este respeito convém sublinhar que estas dimensões (comunicação, presença de normas e afecto) são valorizadas de uma forma muito positiva pela investigação evolutiva, que as considera ingredientes essenciais nas práticas de educação das crianças e as que demonstram ter um maior impacto sobre a conduta das crianças (cf. Cruz, 2005).

No que se refere à associação entre as variáveis em estudo, na dimensão expressão emocional, operacionalizada através do factor retraimento emocional, verificou-se uma correlação significativa e positiva com a dimensão comunicação, operacionalizada através do factor fraca comunicação, aumentando uma com a outra, ou seja nas famílias com um menor número de demonstrações de afecto, existe igualmente um grau de comunicação mais débil: tira-se efectivamente a ilação de que o facto de a dimensão expressão emocional de correlacionar de forma significativa com a dimensão comunicação faz todo o sentido, na medida em que ambas se tornam em factores fundamentais na manutenção do bom ambiente familiar. Como afirma Scherz (1971): a *comunicação* é essencial para a família se deslocar de um estádio de desenvolvimento para o outro. E para as famílias com crianças adoptadas, tal comunicação pode ser especialmente necessária no sentido de se lidar com sucesso com o stress adicional que naturalmente surge no seio da família adoptiva. Concluiu-se analogamente que, devido a todas as características encontradas nestas famílias, os desafios concretos que precisam enfrentar têm sido bem resolvidos, sendo a harmonia presente nestas famílias o espelho dessa realidade.

Ao associar-se o factor retraimento emocional com o factor disciplina activa, de afirmação de poder, verificou-se uma correlação significativa positiva, significando que nas famílias em que se verifica uma menor demonstração de afectos, o nível de disciplina tende a ser maior. De facto, se a relação entre pais e filhos é pautada pela comunicação e pelos afectos, não será necessário os pais utilizaram de uma forma mais assertiva as práticas disciplinares, pois conseguem resolver os problemas com base no diálogo. Esta conclusão de que as relações entre pais e filhos adoptivos são pautadas pela cumplicidade, vai de encontro à investigação de Humphrey e Kirkwood (1982) na qual se evidencia que os pais adoptivos reduzem drasticamente a sua vida social para ficarem a casa a cuidar dos filhos,

inferindo que tal dedicação se irá reflectir numa relação de maior qualidade entre pais e filhos. E penso que esta investigação corrobora esta concepção.

Quanto ao tempo de adopção, quando controlada a idade actual da criança, verifica-se a inexistência de correlações significativas com as três dimensões estudadas: expressão emocional, comunicação e disciplina, significando que o tempo em que a criança está inserida na família não afecta directamente a relação construída entre ela e os pais. Num estudo levado a cabo por Triseliotis (2002), as crianças adoptadas demonstraram possuir um maior nível de segurança emocional, sentimento de pertença e expressaram o seu bem-estar de forma geral, quando comparadas com as crianças residentes em famílias de acolhimento.

No que concerne à idade dos pais verifica-se que esta não interfere na comunicação e expressão emocional existentes entre pais e filhos, assim como a forma como estes exercem a disciplina. No entanto é possível aferir uma correlação negativa fraca entre a escolaridade dos pais e a dimensão disciplina, denotando que quanto mais anos de estudo os pais detêm, menor é a disciplina coerciva. Este resultado é semelhante ao mencionado no estudo de Bohman (1970) com crianças adoptadas e as suas famílias: Este autor encontrou uma relação entre os estilos menos autoritários com o grupo de pais com um maior grau académico. Já alguns anos antes, Kohn (1963) havia realizado uma investigação cujos resultados eram análogos: os pais com um grau de escolaridade mais elevado tendiam a valorizar mais os sentimentos, motivos e dinâmicas internas dos seus filhos, em contraste com os valores de conformidade e autoritarismo externo visíveis nos pais com menos habilitações académicas. Na realidade, considero que estes resultados se revestem de coerência, na medida em que as pessoas com mais habilitações serão pessoas mais informadas e tendo consciência por isso, da importância de conhecer as motivações da criança, da importância do diálogo e respeito mútuo; por outro lado são pai que, em geral, mostram mais envolvimento nas actividades dos filhos, comunicam mais e fornecem uma ambiente mais estimulante do ponto de vista cognitivo (Cruz, 2005)

A exploração do impacto da idade e do género das crianças nas ideias e comportamentos parentais não surtiu qualquer significância estatística. Os resultados primam, igualmente, pela ausência de significância estatística quando é averiguada a influência do género dos pais nas ideias e práticas parentais.

A correlação realizada a partir das ideias e comportamentos parentais dos dois elementos dos casais, permitiu concluir que entre as famílias adoptivas existem alguns pontos de discordância. Torna-se interessante comparar este resultado ao obtido no estudo de Hoopes (1982) relativamente à congruência existente entre as práticas educativas: os pais adoptivos demonstraram menos tendência em admitir que têm alguns desentendimentos no que concerne à educação dos seus filhos. No entanto, tal como os

outros pais, não significa que não existam desavenças relativamente às ideias e práticas parentais. O facto de os pais adoptivos não admitirem esta incongruência pode estar relacionado com a necessidade mencionada por Hoopes (1982) de estes se afirmaram como sendo uns pais exemplares. Na realidade, penso que até um certo ponto esta visão apresenta alguma lógica, na medida em que os pais adoptivos passam por um processo de aprovação tão longo, que se torna compreensível que no final tenham necessidade de demonstrar que merecem ter o filho pelo qual lutaram, ao serem pais "perfeitos". E ao mesmo tempo, considero que estes pais vivem uma parentalidade de uma forma tão intensa, que acabam mesmo por ser bons pais, antes de deliberadamente fazerem por isso. Tal como Gordon (1988), pondero que estas fortes convicções podem ser um factor facilitador no curso incerto e doloroso da parentalidade adoptiva, indicando simultaneamente uma forte motivação para a parentalidade.

De facto, a grande maioria das famílias que compõe a amostra do estudo afirmam viver plenamente a parentalidade com um filho não biológico, conclui-se desta forma que os pais se encontram satisfeitos com a sua parentalidade adoptiva, conseguindo ultrapassar as particularidades que estão inerentemente a ela associados (como a infertilidade, a revelação ou a falta de apoio). A partir dos resultados obtidos foi possível ainda inferir que o facto de estes pais sentirem que o filho não é tratado de forma discriminatória pelos outros contribui para viverem a sua parentalidade de uma forma satisfatória.

Quando confrontados com a pertinência de implementar práticas educativas especificas face a uma criança adoptada, todos os pais entrevistados são da opinião de que se deve ser igualmente exigente e educar um filho adoptivo que um filho biológico e uma percentagem igualmente elevada de pais consideram a sua família totalmente semelhante a uma família tradicional. De acordo com o modelo defendido por Kirk, (1964 cit in Gordon 1997), existem duas atitudes possíveis perante as dificuldades que surgem com a adopção: a negação das diferenças ou a aceitação das diferenças. E estas famílias parecem enquadrar-se visivelmente no segundo modelo: estes pais actuam e relacionam-se com o seu filho adoptado tal como outro pai se relaciona com o seu filho. E apesar de o autor defender apontar os riscos de uma atitude de rejeição de diferenças, os dados encontrados no presente estudo poderão compreender-se á luz da posição de Brodzinsky (1990), que defende que, nem sempre o modelo da negação das diferenças é negativo, assim como o modelo da aceitação das diferenças não é sempre a melhor das estratégias. Como se verifica nestas famílias, existe um bom grau de comunicação, uma constante expressão de afectos e a disciplina utilizada é moderada, pelo que se conclui que estes pais conseguiram resolver as questões inerentes à adopção de uma forma satisfatória, apesar de se considerarem uma família totalmente semelhante a uma família biológica, e por isso deverem educar o filho exactamente da mesma forma. Será talvez por esta razão que

apenas uma minoria dos pais referiram ter tido problemas com o seu filho que se prendem com o facto de este ser adoptado, demonstrando que não olham para a adopção como um estigma.

Apesar de considerarem a sua família igual às outras, os pais participantes admitem no entanto que os seus filhos apresentam necessidades e preocupações específicas, que os filhos biológicos não têm. Este resultado demonstra que são sensíveis às particularidades dos filhos, sendo que a comunicação e a relação afectiva desempenham igualmente um importante papel.

No que concerne à perspectiva dos pais referente ao seu tipo de parentalidade, a maioria afirmou não sentir qualquer tipo de diferença quando comparados com os pais biológicos. No entanto, uma percentagem elevada considera que existem aspectos em que é mais difícil ser pai adoptivo, atribuindo isto ao facto de ser complicado falar sobre a adopção e contar à criança que é adoptada, por ser difícil a criança integrar-se e a um novo ambiente e rotinas familiares ou por se tornar complicado lidar com as reacções discriminatórias de outras pessoas. De facto, tal como corroboram diversos estudos, os pais adoptivos vêm-se muitas vezes confrontados com o estigma social, ignorância e atitudes negativas (Levy-Shiff, Goldshmidt & Har-Even, 1991); têm receio de não conseguir moldar a criança às suas próprias características ou de não se adaptarem eles à criança quando esta é integrada na sua família (Alarcão, 2006); e é largamente reconhecido que o processo de revelação se pode revestir de ansiedade para muitos pais, sendo um procedimento bastante doloroso (Palacios, 1998).

Será importante sublinhar que a maioria dos pais se encontra satisfeito com a comunicação que mantém com o filho, sendo que esta comunicação é mais próxima com a mãe. Os resultados demonstram também que quando a criança tem algum problema, conta a ambas as figuras parentais e pede para que estes a ajudem a resolver o problema, seguidas de uma menor percentagem de crianças que partilham com a mãe as suas dificuldades e apenas a ela pedem ajuda na tentativa de o resolver. Tal como esperado, não se provou a existência de uma relação negativa entre as mães e as crianças, antes pelo contrário, é com as mães que as crianças mantêm uma relação de maior proximidade, sendo a comunicação um exemplo desta proximidade. Desta forma, os resultados encontrados são o oposto dos mencionados no estudo de Brinich (1995), em que este defende que a relação vinculativa mãe-filho nas famílias adoptivas não é segura.

A partir da análise de *clusters* verificou-se a existência de dois grupos de pais: os que consideram a sua *parentalidade fácil* e os que consideram a sua *parentalidade difícil*. Como é possível constatar, as diferenças obtidas entre os dois agregados não foram muito díspares, resultando em dois grupos de famílias satisfeitas, embora com algumas dissemelhanças. Assim, nas famílias que consideram a sua parentalidade difícil, a

repercussão da adopção na sua vida terá sido positiva e estão satisfeitas com a sua vida familiar no momento, embora admitam que com a adopção a vida familiar se tornou mais difícil e que a tarefa de serem pais adoptivos se tornou mais difícil do que o esperado. Neste grupo de famílias também se verificou que existe um clima em que existe uma menor expressão de afecto e uma comunicação menos frequente, pelo que o grau de disciplina é também ligeiramente superior. Por seu lado, aferiu-se que nas famílias que mencionam a sua parentalidade como sendo mais fácil, consideram que a repercussão da adopção na sua vida terá sido muito positiva, estão muito satisfeitas com a sua vida familiar e mencionam que com a adopção a vida familiar se tornou mais fácil. Em congruência com os resultados apresentados até aqui, neste grupo os pais também pensam que a tarefa de ser pai adoptivo se tornou mais fácil do que esperavam. Relativamente às dimensões presentes nestas dinâmicas familiares, a expressão de afecto é mais elevada, assim como o nível de comunicação entre os pais e os filhos. Pelo contrário, o grau de disciplina activa de afirmação de poder é ligeiramente menor.

Os resultados apontam assim para uma discrepância fundamentalmente ao nível das expectativas que estes pais criaram acerca da sua parentalidade, sendo este factor o principal responsável pelas diferenças encontradas nas outras variáveis. É sabido que os pais adoptivos são confrontados com desafios particulares, stress e conflitos que influenciam as tarefas desenvolvimentais universais e as outras problemáticas sentidas pelos outros adultos na transição para a parentalidade (Brodzinsky, 1990).

Como referido previamente, existem numerosos estudos que defendem que, os casais que pretendem adoptar uma criança, estão mais sujeitos a factores de stress que podem afectar negativamente o seu desempenho enquanto pais (Solomon & Poirier, 2007). E a forma como os pais encaram estas adversidades vai influenciar a sua satisfação com a adopção em geral, e com o seu papel de pais em particular. O papel das expectativas deve também ser mencionado, tendo em conta que muitos casais ainda partem para a adopção com uma visão irrealista, romantizada, sendo provável que muitas vezes fiquem desapontados, por verificarem que a criança não lhes retribuiu de imediato toda a sua dedicação, ou que esta tem já um passado que não pode ser esquecido e por isso necessitam de lidar com todos estes problemas acerca dos quais poderiam ter a pretensão que nem se chegassem a desenvolver. Salienta-se a ocorrência de diferenças significativas na variável idade da criança: os pais que consideram a sua parentalidade fácil são os que têm neste momento as crianças mais novas, contrariamente ao grupo de pais que vêem a sua parentalidade como difícil.

Estes resultados podem ser compreendidos à luz das investigações que referem que na primeira infância existem diferenças pouco significativas ou mesmo nenhumas entre as crianças adoptadas e não adoptadas, sendo que estes problemas têm tendência para se

agravarem nos estádios mais tardios do desenvolvimento (Singer et al.,1985). E de facto pode ser esta a questão reflectida neste estudo: os pais que mencionam a sua parentalidade como sendo fácil, sendo os que têm as crianças mais novas, podem ainda não ter passado pelas dificuldades que os pais com as crianças mais velhas passaram. Da mesma forma, os pais que mencionam a sua parentalidade como fácil adoptaram crianças mais novas do que os pais que a consideram difícil. Este resultado torna-se compreensível, dado que a esmagadora maioria dos casais adoptantes anseia por uma criança mais pequena possível: de uma maneira geral, os candidatos idealizam um bebé da mesma raça que a sua, sem problemas de saúde graves ou deficiências, isto significa que, os candidatos a pais pretendem essencialmente uma criança que tenha as características que desejariam encontrar no filho biológico que não tiveram (Sá, 1994).

No que concerne à satisfação actual com as características da criança a diferença é mais uma vez significativa. Neste sentido, poder-se-á questionar se os pais que consideram a parentalidade fácil tinham expectativas altas relativamente ao filho que foram cumpridas, (os pais adoptivos também são por vezes descritos como possuindo expectativas perfeccionistas em relação aos seus filhos - Sorosky, Baran & Pannor, 1978 cit in Gordon 1997) ou se estas expectativas não eram assim tão elevadas, sendo por isso que se sentem satisfeitos com as características da criança. Na realidade, não dispomos de dados que permitam dar uma resposta certa a esta questão. No entanto se se atender a que o grupo de pais que consideram a parentalidade mais fácil é constituído por pais que apresentam, em média, menor numero de anos de estudo, por um lado e por outro, se se tiver em conta que são os mais com mais escolaridade que detêm aspirações mais elevadas para os filhos (Seglow, Pringle e Wedge, 1972), poderemos concluir que a formulação de expectativas ajustadas às reais capacidades das crianças parece constituir-se em factor protector do sucesso da adopção, avaliado através da satisfação parental.

Capítulo V

Conclusões

O trabalho de investigação realizado possibilitou inferir que a adopção é de facto um elemento diferenciador na vida familiar. As famílias que adoptam possuem características e enfrentam dificuldades que afectam a experiência da parentalidade e potencialmente alteram o curso desenvolvimental tanto das crianças adoptadas como dos pais adoptivos. É um facto conhecido que os comportamentos parentais são os factores mais importantes no desenvolvimento da criança. Neste contexto, um estudo acerca dos comportamentos ou práticas parentais, que acaba por avaliar as características do ambiente familiar, pode tornar-se relevante para o bem-estar da criança adoptada. A literatura descreve frequentemente os factores psicológicos e psicossociais que caracterizam os pais adoptivos, tais como a experiência da infertilidade, a ausência de modelos (devido à falta de apoio por parte dos seus pais e muitas vezes da família em geral), a incerteza e o tempo do processo de adopção, assim como o estigma social. E de facto todos estes factores fazem com que tanto pais como as crianças adoptadas tenham que desenvolver mecanismos de coping adequados, de forma a resolver estas questões da melhor forma possível.

Diversos estudos comparam as diferenças entre famílias com filhos biológicos e filhos adoptivos. Os dados são díspares: tanto ilustram as vantagens dos pais adoptivos, defendendo algumas das suas características particulares, como realçam estas diferenças como negativas, sendo uma fonte de stress e dificuldade na acção educativa destes. O foco foi atribuído primeiramente às atitudes dos pais adoptivos e ao desenvolvimento psicológico e características das crianças adoptadas. Desta forma, desde os anos 60 que têm emergido teorias que tentam explicar as formas de os pais adoptivos lidarem com os factores stressores que são únicos na sua parentalidade. Fazendo um balanço, considera-se que de facto cada vez mais se torna impreterível fazer investigações no sentido positivo, realçando os pontos fortes destas famílias, pois são mais os casos em que estas são estudadas sob o prisma da diferença negativa quando comparadas com as famílias biológicas.

Reportando ao caso de Portugal em concreto, a carência de estudos acerca de adopção vai para além das temáticas avaliadas, sendo que não existem investigações suficientes que permitam conhecer a realidade da adopção no nosso país. Não obstante, existem já alguns estudos que contribuem para este conhecimento, como é o caso da investigação de Cardoso (2008), onde se estudaram famílias adoptivas em comparação com famílias biológicas. Partindo da lacuna existente a este nível, interroguei-me acerca da visão destes pais acerca da sua própria experiência, levando-me a indagar se estes se sentiam semelhantes aos pais biológicos, de que forma educavam os seus filhos, como seria o ambiente relacional entre eles, etc., e a reflexão acerca destas questões foi a base do trabalho que aqui se desenvolveu. Os dados revelaram assim que:

1. Os participantes do estudo mantêm uma relação pautada pelos afectos e por um nível de comunicação bastante positivo, sendo que exercem a disciplina de uma forma moderada.

2. Não foram encontradas diferenças significativas nos resultados das variáveis relativas à criança (idade e género), assim como a variável género relacionada com os adoptantes. No entanto, no que concerne ao nível de escolaridade dos participantes denotou-se diferenças na dimensão disciplina, sendo que os pais com um nível de educação mais baixo são os que tendem a exercer uma disciplina mais activa de afirmação de poder e controlo sobre os filhos.

3. Quando comparada a parentalidade adoptiva com a biológica, os participantes parecem não assumir diferenças entre elas, vivenciando a sua parentalidade adoptiva plena e satisfatoriamente.

4. Identificaram-se dois grupos distintos entre as famílias adoptivas participantes: as que consideram a sua *parentalidade fácil* e as que consideram a sua *parentalidade difícil,* que apesar de terem revelado diferenças entre si, não deixam de ser famílias realizadas com a sua parentalidade.

Explanadas as conclusões resultantes da presente investigação, importa sublinhar algumas das limitações que dela fizeram parte. Assim, em primeiro lugar, refira-se que o número de participantes incluídos neste estudo é incompatível com a generalização dos seus resultados. Seria necessário um maior número de participantes para que tal acontecesse, pelo que a presente investigação apresenta um cariz unicamente exploratório. Por outro lado, as famílias adoptivas participantes partilham características bastante semelhantes, pelo que houve falta de heterogeneidade no grupo, podendo ter havido um certo viés na amostra, derivado do procedimento de selecção da mesma. Pode considerar-se que as famílias participantes são famílias que à partida não apresentariam grandes dificuldades de ajustamento na adopção, devido ao facto de terem aceite fácil e espontaneamente participar na investigação. Sendo assim, pode-se colocar a questão: Será uma “elite” dentro das famílias adoptivas ou é representativa da realidade? Desta forma, aconselha-se, em investigações futuras, a uma distribuição mais equilibrada dos participantes, de forma a ter uma noção mais ampla da realidade nas famílias adoptivas em Portugal.

No que concerne aos resultados tratados, no que respeita à parentalidade, estes parecem ser de facto muito positivos, no entanto neste estudo não são abordadas tarefas específicas das famílias adoptivas que podem ser factor de alguma perturbação como a integração e adaptação da criança. Sendo que a presente investigação faz parte de um

projecto mais amplo no qual estes dados existem, teria sido uma mais-valia o cruzamento destes dados com o estudo em questão. Da mesma forma, teria sido extremamente pertinente utilizar uma medida directa de ajustamento dos filhos e não através da percepção dos Pais.

Finalmente e reflectindo sobre os instrumentos usados nesta investigação, parece pertinente considerar que apesar da riqueza de informação que permitiram recolher, promovendo um conhecimento completo da vivência da adopção e do próprio processo, na dupla perspectiva dos Pais e dos Filhos, no que diz respeito às dimensões da parentalidade e das relações pais-filhos – objecto específico desta dissertação – teria sido igualmente relevante ter recolhido informação sobre a percepção que os filhos têm sobre a forma como os pais desempenham a parentalidade e como fazem face aos desafios próprios das famílias adoptivas. Também nesta área a perspectiva dos filhos teria constituído um complemento importante à perspectiva dos Pais.

Como cômputo final, somos no entanto levados a considerar que os resultados obtidos neste estudo contribuem para um aprofundamento do conhecimento da parentalidade estabelecida pela via da adopção, no contexto português, corroborando a ideia expressa pelo Professor Jesus Palacios no I Congresso Internacional de Adopção, em Lisboa, em Novembro de 2008: *um pai ou uma mãe adoptivos são antes de mais um pai e uma mãe e uma família adoptiva é acima de tudo, uma família. As relações pais-filhos nas famílias adoptivas parecem -se mais às relações pais-filhos nas famílias biológicas do que a qualquer outra coisa*…

Referências Bibliográficas

Alarcão, M. (2006). (*Des)Equilíbrios Familiares. Uma visão sistémica*. Quarteto. Coimbra.

Almeida, L. S. (1988). *O raciocínio diferencial dos jovens*. Porto: INIC.

Almeida, L.S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação.* (3ª ed.). Braga. Psiquilibrios.

Baldwin, A.L., Kalhom, J. & Breese, F.H. (1945). Patterns of parent behavior. *Psychological Monographs, 58* (3), 260-268.

Barth, R. & Berry, M. (1988). *Adoption and disruption: rates, risks and responses*. New York: Aldine de Gruyter.

Baumrind, D. (1967). *Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior*. Genetic Psychology Monographs, 75, 43-88.

Baumrind, D. (1971). *Current patterns of parental authority*. Development Psychology Monographs, 4, 1-102.

Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization. In A. D. Pick (Ed.), *Minnesota Symposia on Child Psychology*, Vol. 7 (p. 3-46). Minneapolis: University of Minnesota Press.

Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence, 11* (1), 56-95.

Benson, P. L., Sharma, A. R., & Roehlkepartain, E. C. (1994). *Growing up adopted: A portrait of adolescents and their families*. Minneapolis, MN: THe Search Institute.

Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development, 55*, 83-96.

Berman, P. W, & Pedersen, F. A. (Eds.). (1987). *Men's transitions to parenthood: Longitudinal studies and early family experience.* Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Bohman, M. (1970). *Adopted children and their families: A follow-up study of adopted children, their background, environment and adjustment*. Stockholm: Proprius.

Bohman, M., & Sigvardsson, S. (1985). A prospective longitudinal study of adoption. IN A. R. Nicole (Ed.), *Longitudinal studies in child psychology and psychiatry* (pp. 137-155). New York: Wiley.

Brinich, P. M. (1995). Some potencial effects of adoption on self and object representations. *Psychoanalytic Study of the Child, 35*, 107-133.

Brodzinsky, D. M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D. M. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.). *The psychology of adoption*, (pp.3–24). New York: Oxford University Press.

Brodzinsky, D. M., & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *Marriage and Family Review*, 6, 267-28.

Brodzinsky, D. M., Lang, R., & Smith, D. W. (1995). Parenting adopted children. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting, Vol. 3: Status and social conditions of parenting* (pp. 209-232). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Brodzinsky, D. M. & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and Child Development in Adoptive Families. In M. Bornstein (Ed.). *Handbook of parenting. Vol 1. Children and parenting*. (pp. 279-311). Mahwah, NJ. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Cardoso, C. (2008). *Estratégias Disciplinares e Afectos Parentais: Um Estudo Exploratório com Pais Adoptivos e Pais Biológicos*. Dissertação de Mestrado em Integrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin, 113*, 487-496.

Deiner, P. L., Wilson, N. J. y Unger, D. G. (1988). Motivation and characteristics of families who adopt children with special needs: an empirical study. *Topics in early childhood special education, 8*, 15-29.

Dekovic, M. (1992). *The Role of Parents in the Development of Child's Peer Acceptance* (pp.22-37). Maastricht: van Gorcum & Comp. B.V.

Diniz, J. S. (1993). *Este meu Filho Que Eu Não Tive. A Adopção E Os Seus Problemas*. Porto: Edições Afrontamento.

Edwards, M. E. (1954). *Failure and sucess in the adoption of toddlers*. Case Conference, 1, 3-8.

Everitt, B., Landau, S., & Leese, M. (2001). *Cluster analysis* (4th ed.). London: Edward Arnold Publishers Ltd.

Ferreira, Pires & Salvaterra (2004). Filho do Coração…Adopção e comportamento parental. *Análise Psicológica, 2*, 399-411

Fuentes, M.J., González, A., Linero, M.J., Barajas, C., De La Morena, M.L., Goicoechea, M.A., y Fernández, M. (2001). Variables familiares que dificultan el acogimiento preadoptivo. *Infancia y Aprendizaje*, *24*(2), 147-163.

Fuertes, J. y Amorós, P. (1996). Prática de la adopción. En J. de Paúl, J. y M.I. Arruabarrena (Comps.), *Manual de protección infantil* (pp. 447-490). Barcelona: Masson

Golombok, S. (2000). *Parenting: what really counts?*. Routledge. London.

Gordon, R. (1988). Assessing motivation for parenthood of adult adoptees and adoptive parents. *The Wright Institute Studies in Psychology, 1*, 1-5.

Gordon, R. (1997). *A comparative study of child-rearing practices and family environments of adoptive and biological families*. Dissertation submitted to the Wright Institute Graduate School of Psychology. Ann Arbor: USA.

Hartman, A., & Laird, J. (1990). Family treatment after adoption: Common themes. In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 221-239). New York, NY: Oxford University Press.

Hibbs, E. D. (1991). *Adoption: International perspectives*. Madison, Connecticut: International Universities Press.

Hodges, J. (1984). Two crucial questions: Adopted children in psychoanalytic treatment. *Journal of Child Psychotherapy, 10,* 47-56.

Hodges, J., & Tizard, B. (1989). Social and family relationships of e-institutional adolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 30,* 77–97.

Hoopes, J. L. (1982). Prediction in child development. A longitudinal study of adoptive and non-adoptive families. *The Delaware family study*. New York: Child Welfare League of America.

Howes, D. (1997). Parent-reported problems in 211 adoptive children: Some risk and protective factors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 38,* 410–411.

Humphrey, M., & Ounsted, C. (1963). Adoptive families referred for psychiatric advice, Part I: The children. *British Journal of Psychiatry, 109*, 599-608.

Humphrey, M, & Kirkwood, R. (1982). Marital relationship among adopters. *Adoption and Fostering*, *6*, 44-48.

Kadushin, A. (1980). *Child welfare services.* New York: Macmillan. Retirado a 27 de Junho de http://www.questiaschool.com/read/77983031.

Kaufman, L., & Rousseu, P. J (1990). *Finding groups in data: An introduction to cluster analysis*. New York: John Wiley & Sons.

Kaye, K. 1990. Acknowledgment or rejection of differences. In D.M. Brodzinsky and M.D. Schecter (Eds.), *The Psychology of Adoption*. New York: Oxford University Press.

Kaye, K. & Warren, S. 1988. Disclosure about adoption in adoptive families. *Journal of Family Psychology, 1* (1), 406- 433.

Kent, K. G., & Richie, J. E. (1976). Adoption as an issue in casework with adoptive parents. *American Academy of Child Psychiatry, 15* (3), 510-521.

Kohn, M. (1963). Social class and parent-child relationships: An interpretation. *American Journal of Sociology, 68*, 471-480.

Koller, S. H. (1999). *Violência doméstica: uma visão ecológica*. (pp. 32-42). Brasília: UNICEF

LePere, D. W. (1987). Vulnerability to cirses during the life cycles of the adoptive family. *Journal of Social Work and Human Sexuality, 6* (1), 73-85.

Levy-Shiff, R., Bar, O., & Har-Even, D. (1990). Psychological profile of adoptive parents-to-be. *Americam Journal of Orthopsychiatry, 60*, 258-267.

Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology, 27* (1), 131-140.

Manata, S. (2008). *O Impacto da Institucionalização no Comportamento e Desenvolvimento das Crianças Integradas em Famílias Adoptivas há menos de um Ano*. Dissertação de Mestrado em Integrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Marquis, K.S., & Detweiler, R.A. (1985). Does adopted mean different? An attributional analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, *48*(4), 1054-1066.

Muñiz, J. (2001). Teoria clássica de los testes (7.ª ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.

Nunnaly, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2.ª ed.). New York: McGraw-Hill.

Palacios, J. (1995). *Escala de evaluación de estilos educativos (4E).* Universidad de Sevilla.

Palacios, J. (1998). Familias adoptivas. In M. J. Rodrigo, & J. Palacios (Coords.) (1998). *Familia y desarrollo humano* (pp. 354-371). Madrid: Alianza Editoral.

Palacios, J. (2008, 19 e 20 Novembro). Intervenção em famílias adoptivas. *I Congresso Internacional de Adopção*, Lisboa.

Palacios, J. & Moreno, M.C. (1994). Contexto familiar e desarrolo social. Em M.J. Rodrigo (Ed.), *Contexto e desarrollo socia*l (pp. 157-188). Madrid; Síntesis.

Palacios, J., & Sánchez, Y. (1996). Relaciones padres-hijos en familias adoptivas. *Anuário de Psicologia, 71*, 87-105.

Palacios, J., Sanchez-Espinoza, E. & Sanchez-Sandoval, Y. (1995). *Entrevista sobre el Proceso de Adopción*. Psicologia Evolutiva y de la Educación. Universidad de Sevilla.

Palacios, J. & Sánchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted/non adopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.). *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 117-144). Westport, CT: Greenwood

Palacios, J. & Sánchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children. *International Journal of Behavioral Development*, 30, 481-487.

Palacios, J., Sandoval, Y. S., & Espinosa. E. M. S. (1996). *La adopción en Andalucia*. *Conserjería de Asuntos Sociales*. Dirección General de Atención al Niño. Sevilla: Junta de Andalucía.

Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y., & Léon, E. (2004). *Adelante com la adopción*. Consejería para la igualdad y bienestar social. Sevilla: Junta de Andalucía.

Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS version 12*. New York: Open University Press.

Parker, G. (1982). Parental representations and affective symptoms: Examination for na hereditary link. *British Journal of Medical Psychology, 55*, 57-61.

Pereira, A. (1999). *Guia prático de utilização do SPSS: análises de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais – a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Rodríguez, G., Triana, B., y Hernández, M.M. (2005). La experiencia familiar y la atribución de roles parentales. *Psicothema, 17*(3), 363-369.

Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa* (7ªed.). Lisboa: Moraes Editores.

Rosenberg, E. B. (1992). *The adoption life cycle: The children and their families through the years*. New York: The Free Press

Rosenthal, J. A. (1993). Outcomes of adoption of children with special needs. *The Future of Children, 3*, 77–88.

Sá, E., et. al (2005). *Abandono e Adopção*. Coimbra: Almedina.

Sá, J. E. (1994). *A Adopção e o Nascimento da Família: Família – Quando e Como a Adopção?* Comunicações e Outra Documentação. Congresso Europeu de Adopção, 16 a 18 de Junho. Viseu, pp. 44-49.

Sampaio, D., & Gameiro, J. M. (1985). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.

Schechter, M. (1970). About adoptive parents. In E. J. Anthony & T. Bencdek (Eds.), *Parenthood; Its psychology and psychopathology* (pp. 355-372). Boston: Little, Brown.

Schechter, M. (1960). Observbations on adopted children. *Archives of General Psychiatry*, *3*, 45-55.

Scherz, F. (1971). Maturational crises and parent-child interaction. *Social Casework*, *63*, 363-369.

Seglow, J., Pringle, M. K., & Wedge, P. (1972). *Growing up adopted*. National Foundation for Educational Research in England and Wales.

Sharma, A. R., McGue, M. K., & Benson, P. L. (1998). Psychological assessment of United States adopted adolescents and their non adopted siblings. *Child Development, 69,* 791–802.

Simon, N. M., & Senturia, A. G. (1966). Adoption and psychiatric illness. *American Journal of Psychiatry, 122*, 858-867.

Singer, L. M., Brodzinsky, D. M., Ramsay, D., Steir, M., & Waters, E. (1985). Mother-infant attachment in adoptive families. *Child Development, 56,* 1543–1551.

Smith D., & Brodzinsky, D. M. (1994). Stress and coping in adoption: A developmental study. *Journal of Clinical Child Psychology, 23,* 91–99.

Sobol, M.P., Delaney, S. & Earn, B.M. 1994. Adoptee's portrayal of the development of family structure. *Journal of Youth and Adolescence*, 23 (3), 385-401.

Triseliotis, J. (2002). Long-term foster care or adoption? The evidence examined. *Child & Family Social Work*, *7* (1), 23-33.

Weber, L., Prado P., Viezzer A. & Brandenburg O. (2004). Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17*(3), 323-331.

Anexos

Anexo 1.

Estatísticas descritivas do QICP ao nível dos itens.

Itens	Média	D-P	Mínimo – Máximo	Assimetria	Curtose
1. Gosto muito do meu filho no entanto por vezes é difícil para mim demonstrá-lo	1,53	,86	1-4	,866	-,295
2. A uma criança de 6 anos não se pode proibir, ela terá tempo para proibições quando for maior	1,46	,175	1-4	,175	-2,04
3. Se peço ao meu filho para fazer algo e ele não faz, não lhe peço novamente, o que interessa é que já tentou	1,56	,702	1-4	,868	-,469
4. Quando eu e o meu filho falamos acabamos sempre por discutir	1,81	-,002	1-4	-,002	-,123
5. Na disciplina prefiro pecar por excesso do que por defeito.	2,07	-0,58	1-4	-,058	-,469
6. Por vezes estou tão centrado em mim que me esqueço de demonstrar ao meu filho o quanto gosto dele.	1,81	,557	1-4	,557	-,719
7. Tento não exigir muito do meu filho para não o aborrecer	1,59	-,026	1-4	-,026	-1,230
8. Quando o meu filho faz algo bem não o elogio para não ficar vaidoso	2,93	-,100	1-4	-,100	-,830
9. Tal como acontece em muitas famílias o meu filho não tem confiança em mim para falar de certas coisas	2,64	-,051	1-4	-,051	-,638
10. Uma palmada na altura certa resolve muitos problemas	1,41	,561	1-4	,989	,005
11. Tento ser sempre o mesmo com o meu filho para que este não perceba se estou contente ou chateado com ele	1,64	,580	1-4	,229	-,667
12. Se imponho uma regra e o meu filho mudar a regra	1,61	,-464	1-4	-,464	-1,849
13. A disciplina que há em minha casa é rígida	2,57	,636	1-4	,352	-,702
14. Não costumo questionar o meu filho acerca dos seus assuntos	1,80	,250	1-4	,250	-,712
15. Um bom castigo v ale mais do que três explicações	1,83	,836	1-4	,836	1,232
16. Procuro não ser muito afectuoso com o meu filho para que não cresça mimado	1,51	,626	1-4	-,126	2,692
17. Tomo conhecimento dos assuntos do meu filho mais facilmente através de outras pessoas	1,83	,527	1-4	,461	-,338
18. Prefiro que o meu filho não tenha conhecimento dos meus problemas e preocupações.	2,07	-,058	1-4	-,058	-1,043
19.Critérios educativos diferentes não é negativo, assim as crianças acostumam-se a coisas diferentes	1,94	,389	1-4	-,264	-,763
20. Tento demonstrar carinho através das acções e não das palavras	2,37	,753	1-4	,363	1,142

Anexo 2.

Análise de Componentes Principais do QICP, com rotação oblíqua.

Itens	h2	Factor Retraimento emocional	Factor Disciplina activa	Factor Comunicação Fraca
32. Procuro não ser muito afectuoso com o meu filho para que não cresça mimado	,661	792		
24.Quando o meu filho faz algo bem não o elogio o meu filho para ele não ficar vaidoso	,524	706		
17.Gosto muito do meu filho no entanto por vezes é difícil para mim demonstrá-lo	,572	683		
27.Tento ser sempre o mesmo com o meu filho para que não perceba se contente ou chateado com ele	,547	616		
34.Prefiro que o meu filho não tenha conhecimento dos meus problemas e preocupações	,331	535		
22.Em certas alturas estou tão centrado em mim que me esqueço de demonstrar ao meu filho o quanto gosto dele	,481	407		
28.Se imponho ao meu filho uma regra e ele se nega, não me importo de mudar a regra	604		-720	
26.Uma palmada na altura certa resolve muitos problemas	,498		687	
31.Um bom castigo no tempo certo vale mais do que três explicações	,456		657	
18.A uma criança de 6 anos não se pode proibir nada, ela terá tempo para proibições quando for maior	,517		-566	
19.Se peço ao meu filho para fazer algo e este faz mal, não lhe peço novamente, o que interessa é que já tentou.	,417		-563	
23.Tento não exigir muito do filho para não o aborrecer	,345		-484	
21.Em questões de disciplina prefiro pecar por excesso do que por defeito	,359		468	
25.Tal como acontece em muitas famílias, o meu filho não tem confiança em mim para falar de certas coisas	,695			793
33.Tomo conhecimento de assuntos relativos ao meu filho mais facilmente através de outras pessoas do que através do meu próprio filho	,561			749
20.Quando eu e o meu filho falamos de alguma coisa acabamos sempre por discutir	,444			663
% de Variância explicada		**23,71**	**11,77**	**8,83**
Total de Variância explicada	**44,30%**			